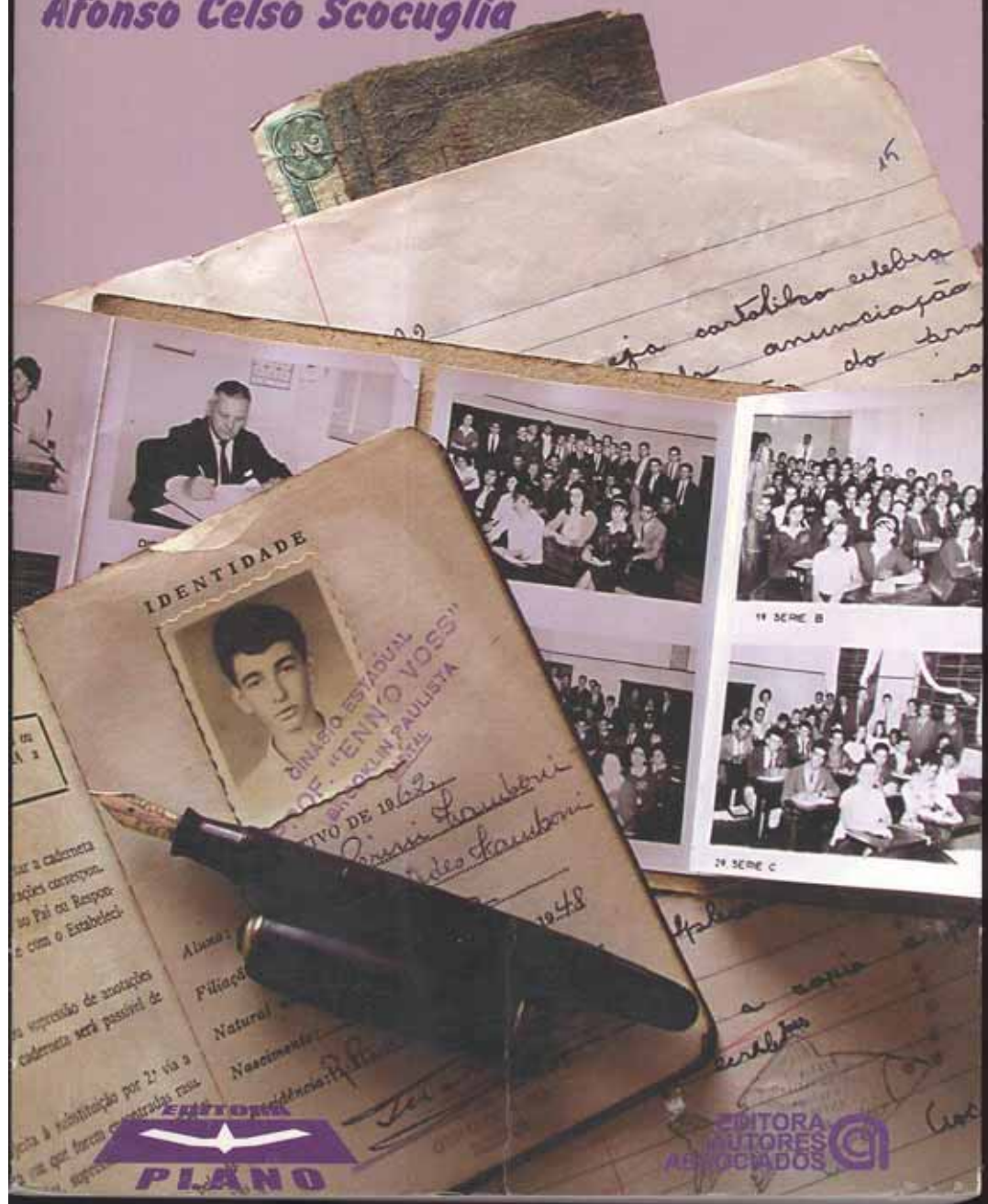


A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA DÉCADA DE 60

Afonso Celso Scocuglia



Afonso Celso Scocuglia

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
histórias e memórias da década de 60

AUTORES
ASSOCIADOS 

EDITORA

PLANO

Brasília-DF
2003

Copyright © 2003 Plano Editora Ltda e Editora Autores Associados.
Todos os direitos reservados à Plano Editora Ltda e à Editora Autores
Associados, conforme Lei nº 9.610, de 19/2/1998.
É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, por quaisquer meios,
sem autorização prévia, por escrito, das editoras.

AUTORES ASSOCIADOS 

Uma editora educativa a serviço da cultura
brasileira

Av. Albino J. B. de Oliveira, 901 –
CEP 13085-510 – Campinas-SP –
Pabx/Fax: (19) 3289-5930

E-mail:
editora@autoresassociados.com.br
Catálogo *on-line*:
www.autoresassociados.com.br

*Conselho Editorial "Prof. Casemiro dos
Reis Filho"*

Dermeval Saviani
Gilberta S. de M. Jannuzzi
Maria Aparecida Motta
Walter E. Garcia

Diretor Executivo

Flávio Baldy dos Reis

Diretora Editorial

Gilberta S. de M. Jannuzzi

Coordenadora Editorial

Érica Bombardi

Assistente Editorial

Aline Marques

**EDITORA
PLANO**

Assessoria Editorial

Walter Garcia

Editor Executivo

Jair Santana Moraes

Revisão

Eveline de Assis

Jair Santana Moraes

Normalização Bibliográfica

Regina Helena Azevedo de Mello

Editoração Eletrônica

Eveline de Assis

Capa

Silvio Zamboni

Impressão e Acabamento

Editora Gráfica Ipiranga

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

Scocuglia, Afonso Celso.
S421 Educação de jovens e adultos : histórias e memórias da década de 60 /
Afonso Celso Scocuglia. – Brasília : Plano Editora, 2003.
200 p.
ISBN: 85-85946-67-9 (Plano)
85-7496-82-9 (Autores)
1. Educação de adultos. 2. Alfabetização de adultos. I. Título.

CDU 374.7

SUMÁRIO

PREFÁCIO – Osmar Fávero	11
APRESENTAÇÃO GERAL	15
I – ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS PELO RÁDIO	
Apresentação	19
1. As origens da radioeducação	20
2. A fase inicial	26
3. A alfabetização de adultos pelo rádio	31
4. A expansão e o auge do Sirepa	34
5. O declínio e a extinção do Sirepa (1966-1969)	48
6. Pedagogia e política nas ações do Sirepa	53
7. A cartilha do Sirepa	61
8. O uso político do Sirepa	65
9. Sirepa: desprestígio e substituição	70
10. Considerações finais	72
II – A CRUZADA ABC CONTRA O SISTEMA PAULO FREIRE E A ESQUERDA NO PÓS-GOLPE DE 1964	
Apresentação	79
1. As origens e a instituição da Cruzada ABC	80
2. O embrião, as lideranças e as ações na Paraíba	87
3. A estrutura e o funcionamento geral da Cruzada ABC ...	103
4. Objetivos específicos de cada fase do programa	109
5. O material didático e a metodologia	111
6. As lições da Cruzada ABC	116
7. Os professores e os alunos da Cruzada ABC	126

8. Os programas especiais da Cruzada ABC	130
9. O trabalho de supervisão na Cruzada ABC	136
10. O coordenador/educador comunitário	141
11. As críticas e as redefinições da Cruzada ABC	144
12. Propaganda, realizações e dificuldades da Cruzada ABC	149
13. Os obstáculos, as crises e a extinção da Cruzada ABC	154
III – SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS	
1. Síntese	161
2. Considerações finais	170
FONTES DA PESQUISA REALIZADA	177
SOBRE O AUTOR	199

APRESENTAÇÃO GERAL

A importância e a repercussão das conferências mundiais sobre a educação de jovens e adultos da década de 90, bem como seus desdobramentos continentais e nacionais, demonstram um especial revigoramento dessa modalidade educacional.

No Brasil, as crescentes discussões e a mobilização de setores educacionais em torno da problemática do analfabetismo de jovens e adultos, somadas à ênfase dada pelo novo governo (2003-2006) para o enfrentamento do problema, demonstram a atualidade das questões que envolveram as várias tentativas de solução executadas ao longo dos últimos anos.

Porém, incomoda-nos sobremaneira a visão presenteísta do problema, cuja tendência é desconsiderar a riqueza e os desafios históricos enfrentados ao longo dos últimos 50 anos. O desprezo pela história revela um praticismo obscuro, cuja provável conseqüência será mais um fracasso. A equivocada tese do “fim da história” parece embalar um voluntarismo exacerbado, cujos praticantes não teriam nada a aprender com as histórias e as memórias da educação de jovens e adultos no Brasil. Certamente, este é um grande erro que pode, mais uma vez, deixar escapar “pelo ralo” os grandes investimentos humanos e financeiros e continuar a condenar milhões de brasileiros à subalternidade.

Com efeito, a alfabetização de adultos pelo rádio, a convocação de milhares de universitários para a tarefa, o trabalho com sindicatos de operários e com as igrejas, além de várias

outras ações, são pensados por muitos como “novidades” da última hora, como se já não tivessem sido praticados há décadas. É interessante verificar que até o conhecido *populismo* está de volta como “novidade”.

É, precisamente, com a intenção de contribuir para o não esquecimento de parte da riquíssima história da educação de jovens e adultos que elaboramos este trabalho. Afinal, isso constitui o “ofício do historiador”, segundo Hobsbawm.

Nesse sentido, investimos nossos esforços na reconstrução das histórias e das memórias da educação na Paraíba, Nordeste do Brasil, entre 1961 e 1970, investigando duas campanhas de alfabetização de jovens e adultos: o Sistema Rádio-Educativo da Paraíba (Sirepa) – 1959-1969 – e a Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC) – 1964/1966-1970. Em termos expositivos, dividimos o trabalho em três partes: a primeira, relativa ao Sirepa; a segunda, dedicada à Cruzada ABC; e a terceira, que apresenta uma síntese (geral) e as considerações finais. Foram utilizadas fontes escritas e orais, para interpenetrar a compilação/análise de algumas centenas de documentos escritos com os depoimentos orais de dezenas de participantes diretos dos acontecimentos pesquisados. Em termos teóricos, o trabalho inspirou-se em alguns conceitos pontuais de Foucault (*micropoder, saber-poder, vigiar e punir*) e de Castoriadis (*criação histórica, político/política*), com o olhar histórico focado no pré e no pós-golpe de 1964 no Brasil.

Esperamos contribuir para que as ações atuais sejam concretizadas à luz das histórias e das memórias dos atores (educadores e educandos, dirigentes, coordenadores, supervisores), das instituições, das metodologias, dos materiais didáticos, das práticas e das teorias construídas na educação de jovens e adultos no Brasil – a exemplo da alfabetização pelo rádio do Sirepa durante os anos 60. Essa década foi marcada pelo melhor da *criação histórica* (Castoriadis), artística, cultural, política e escolar brasileira e, também, foi a época da instituição do

Estado militar e das crescentes *vigilância e punição* (Foucault), a partir de 1964, efetivadas inclusive em termos político-pedagógicos – a exemplo da atuação da Cruzada ABC.

Brasília, agosto de 2003

Afonso Celso Scocuglia

I – ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS PELO RÁDIO

Apresentação

A educação a distância tem empolgado toda uma geração de educadores e recentemente ocupa, com grande ênfase, o trabalho entusiasmado de muitos profissionais e planos de investimentos significativos. Muitas vezes tida como a “panacéia dos males” da educação brasileira, o que hoje ganha contornos de “novidade da moda” tem uma longa história e uma significativa memória que precisam, continuamente, ser reconstruídas pelos historiadores da educação. Certamente as experiências de educação pelo rádio constituíram importantes caminhos da prática da educação popular pelo Estado brasileiro e pela Igreja Católica – vide, entre outras, a longeva experiência do Movimento de Educação de Base (MEB)¹ –, desde a década de 60.

Nesta primeira parte, nosso trabalho de pesquisa privilegiou, como experimentação concreta, as histórias e as memórias do Sistema Rádio-Educativo da Paraíba (Sirepa), ocorrido entre 1959 e 1969. Do início modesto e circunstancial, o Sirepa chegou a possuir 600 escolas radiofônicas de alfabetização de jovens e adultos em todo o Estado da Paraíba,

¹ Sobre essa temática e esse período, destacam-se, entre outros, os livros: *Educar para transformar*, de Luiz Eduardo Wanderley (1984); *Católicos radicais no Brasil*, de Emanuel de Kadt (2003), e *Cultura popular – educação popular: memória dos anos 60*, organizado por Osmar Fávero (1983).

um dos Estados do Nordeste com menor escolaridade. Entre 1963 e 1965, por exemplo, aproximadamente 20 mil alunos passaram pelas suas escolas noturnas – muitas das quais “equipadas” com rádios depilha e candeeiros por falta de energia elétrica.

E, por que, num mundo instituído a partir da informática, torna-se importante estudar uma experiência de alfabetização a distância, pelo rádio, dos anos 60? Ora, por várias razões. Algumas delas: 1) o analfabetismo, em vários bolsões de pobreza do Brasil, nos quais o computador ainda não foi “descoberto”, continua vicejando impunemente; 2) a rigor, ainda se usa muito pouco a informática na educação em geral; 3) o rádio continua sendo o veículo importante em termos de massificação da alfabetização no interior brasileiro; 4) é importante reconstruir a história e as memórias de práticas de educação popular, e esta é uma típica prática estatal deste campo. São várias as justificativas da importância de contarmos com esse conhecimento – que continua a ser necessário e atual.

A seguir, apresentamos os resultados da pesquisa anunciada, reconstruindo “as práticas e as representações” (Chartier, 1990) do Sirepa. Os acontecimentos locais, nacionais e internacionais focalizados servem de contexto para se entender a educação pelo rádio realizada na década de 60 em todo o Brasil e, ao mesmo tempo, chamam a atenção para as possibilidades atuais do uso desse tipo de veículo para a alfabetização de jovens e adultos e para a educação popular em geral.

1. As origens da radioeducação

A prática da radioeducação tem, na América Latina, um dos seus maiores empreendimentos, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. A experiência pioneira de instalação de uma radioescola é creditada ao Padre Salcedo Guarin, em 1947, na

Colômbia. Uma década mais tarde, a *Acción Cultural Popular*, liderada por Guarín, já trabalhava com sete emissores e, aproximadamente, 50 mil “receptores cativos” (rádios que sintonizam uma única emissora). No fim dos anos 50, contabilizavam-se mais de oitocentos mil jovens e adultos alfabetizados.²

No Brasil, tendo a experiência colombiana como referência, avivou-se o interesse de alguns bispos, e depois da CNBB, além do próprio governo federal, que, em abril de 1957, fundou o Serviço Rádio Educativo Nacional (Sirena).³ Em 1958, D. Eugênio Sales (bispo-coadjutor de Natal, Rio Grande do Norte), depois de conhecer o sistema colombiano, inaugurou a Emissora de Educação Rural, a qual, dois anos depois, já trabalhava com cerca de quinhentos receptores por todo o Estado. Quase simultaneamente, nascia o Sirese, em Aracaju/Sergipe, sob a liderança de D. Vicente Távora. Na Paraíba, em maio de 1959, o secretário da Educação, Pedro Nicodemus, entregava os 30 primeiros receptores, fabricados pela S.A. Philips do Brasil, instalando o Sistema Rádio Educativo da Paraíba (Sirepa).⁴

Percebe-se a conjugação dos vários interesses: de membros da hierarquia da Igreja Católica e de grupos católicos “progressistas”; do Estado, representado pelo governo federal (e, no caso paraibano, estadual); e, ainda, da S.A. Philips do Brasil – única fabricante dos BR118T (receptor de radioescola utilizado, em larga escala, na Colômbia, no Peru e no Brasil).

² Folder da S.A. Philips do Brasil e Relatório do Sirepa (1965). Destaca-se, também como importante fonte histórico-educacional deste período, o livro *Estado e educação popular*, de Celso Beisiegel (1974).

³ O nascimento e o desenvolvimento do Sirena, assim como outras referências fundamentais sobre o tema da educação pelo rádio, estão contemplados no importante trabalho de José Silvério Baía Horta (1972, p. 73-124).

⁴ *Diário Oficial do Estado (DOE)*, de 12/4/1959.

Em um documento (de janeiro de 1960) enviado ao Secretário de Educação e Cultura da Paraíba, o Escritório Central da S.A. Philips, por meio do seu Departamento de Aparelhos, fez um balanço-propaganda das atividades de radioeducação, nas quais seus receptorescativos eram usados, tentando convencer o Secretário a ampliar suas compras. Pontuando as atividades do ano findo, o documento concluía:

Analisando de um modo geral o que foi o ano de 1959, no que tange às atividades dos nobres mentores da Educação Fundamental pelo rádio no Brasil, não podíamos deixar de felicitar a todos, desde S. Exa. o Sr. Presidente da República, Ministro da Educação e Cultura, DD. Chefe do Sirena, Governadores dos Estados e Territórios, Senadores, Deputados, Prefeitos, Professores; S. Exa. Revma. D. Hélder Pessoa Câmara, DD. Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Arcebispos e Bispos Diocesanos, seus Auxiliares e Colaboradores, e, mui especialmente D. Eugênio de Araújo Sales, o primeiro realizador das Escolas Radiofônicas no País.⁵

Em maio de 1959, em Natal, o II Encontro dos Bispos do Nordeste priorizou a “educação de base” ou “a educação fundamental pelo rádio”, mais especificamente a radioeducação popular, como alavanca do “desenvolvimento nacional”, especialmente em regiões como a nordestina.

Ainda no documento enviado pela Philips, pode-se ler:

Em julho-59, S. Exa. o Sr. Presidente da República assinou 29 decretos que consubstanciavam as resoluções aprovadas no II Encontro dos Bispos do Nordeste (...). Entrosaram-se Igreja e

⁵ Documento enviado pela S.A. Philips do Brasil ao Secretário de Educação e Cultura da Paraíba, em janeiro de 1960, no qual é feito um balanço do final dos anos 50, em termos de radioeducação no Brasil, projetando perspectivas em função das centenas de rádios encomendadas para fins educacionais.

Governo em benefício da coletividade. Após a assinatura dos decretos, discursou o Sr. Presidente da República, congratulando-se com os Prelados do Nordeste e especialmente D. Hélder Câmara, os quais – acentuou – haviam sido a alma e a ação de um movimento que já vai prestando assinalados serviços ao Nordeste e ao Brasil. (...) Em fins de setembro-59, realizou-se no Rio de Janeiro, sob os auspícios da CNBB, o I Encontro de Diretores das Emissoras de Orientação Católica do Brasil, durante o qual foi discutida convenientemente a aplicação da educação fundamental pelo rádio, sob vários aspectos regionais do País.⁶

A Tabela 1 apresenta o quadro da radioeducação no Brasil em 1958 e 1959.

Tabela 1 – Número de receptores da radioeducação no Brasil (1958-1959)

Entidade	Local/Estado	Nº de rádios	Ano
Arquidiocese	Natal (RN)	300	1958
CNEA/GF	Leopoldina (MG)	50	1958
Abre	Niterói (GB)	20	1958
SEC-PB	Paraíba (PB)	30	1959
Franciscanos	Pato Branco (PR)	100	1959
Diocese	Crato (CE)	500	1959
Diocese	Penedo (AL)	200	1959
Diocese	Marau (RS)	50	1959
Arquidiocese	Cuiabá (MT)	50	1959
Gov.	Território de Rondônia	100	1959
Diocese	Gov. Valadares (MG)	100	1959
Diocese	Santa Maria (RS)	200	1959
Escola Agrotec.	Santa Tereza (ES)	50	1959
Diocese	Aracaju (SE)	300	1959
Diocese	Sobral (CE)	100	1959
Prelazia	N. de Guamá (PA)	300	1959
Sesi	Reg. São Paulo	100	1959

Fonte: S.A. Philips do Brasil, janeiro de 1960.

⁶ Ibidem.

O que movia esses interesses? Como eles se expressavam? Em particular, o que buscavam esses grupos católicos mediante a radioeducação popular? Com base nos objetivos declarados, buscavam “elevar a cultura popular”, transmitindo “aos seus milhares de ouvintes alunos – alfabetização, aritmética, geografia, história, religião, higiene, agricultura, pecuária”.

Indo além dos objetivos educacionais/pedagógicos declarados, convém atentar para suas proposições político-religiosas subjacentes, explicitadas por seus principais líderes. D. Távora, primeiro presidente do Movimento de Educação de Base (MEB), declarava, em nome dos católicos, sua fé no “desenvolvimento e na democracia política” como saída para “os males que afetam milhões de brasileiros”, especialmente os da zona rural. Em seu pronunciamento, não esqueceu de frisar as preocupações centrais: participar politicamente, combater a doutrinação marxista e arregimentar forças anticomunistas:

Como católicos devemos ser pelo desenvolvimento econômico do Brasil (...). Não devemos ser pelo “desenvolvimentismo”, enquanto representa uma distorção marxista da justa aspiração nacional: enquanto representa uma mística de exclusivismo do econômico sobre os valores morais e humanos. Devemos ser pelo desenvolvimento em termos de expansão orgânica, não em termos exclusivos de industrialização, e um programa (...) deve ser pensado tendo em vista a melhoria também das populações rurais, as mais numerosas e mais sacrificadas de todo o país, e deve ser elaborado (...) sem ceder a seduções de interesses eleitorais e de prestígio pessoal. O ponto de partida para todo o desenvolvimento deve ser a mobilização que pode ser decidida agora, pelo reto uso do direito do voto.⁷

⁷ *Jornal A Cruzada*, n. 138, de 27/1/1962, publicado pela Arquidiocese de Sergipe.

■ O dirigente máximo dos católicos em Sergipe, um dos líderes da CNBB e da “educação de base”, por meio das escolas radiofônicas, ao identificar o que, segundo ele, seria o “ponto de partida” da “mobilização pelo desenvolvimento”, anexava à sua declaração um não-dito fundamental: se o ponto de partida para o desenvolvimento era o “poder do voto”, e só os alfabetizados (minoridade) votavam, uma prioridade, ou melhor, a prioridade, estava na alfabetização em massa, pelo rádio, de milhões de jovens e adultos, a curto e médio prazos.

Certamente, uma campanha em massa de educação popular, qualquer que fosse, necessitava de milhares de professores, que não existiam, especialmente nas regiões mais atrasadas, como a nordestina. Desse modo, crescia um consenso entre os interessados pelo controle e disseminação da educação básica, no sentido de que só os “modernos meios de comunicação de massa” podiam desempenhar a tarefa, especialmente nas vilas, nos povoados, nos sítios, nas fazendas, mas, também, nos subúrbios das cidades maiores, inclusive nas capitais. Também era consensual que tamanho esforço, a começar pelo combate ao analfabetismo, precisava contar, além da Igreja Católica e dos católicos leigos, com o Estado (nos níveis federal, estadual e municipal) e com a iniciativa privada. A radioeducação contou, posteriormente, com o apoio de organismos internacionais, como a Unesco e a Usaid. Tal apoio era produto da estratégia política de cooperação internacional para o desenvolvimento latino-americano e caribenho, desencadeada pelos Estados Unidos em plena “guerra fria”, sendo o Brasil uma das prioridades de investimento em recursos humanos e financeiros. A Aliança para o Progresso foi a mais notória dessas ajudas.

Assim, produto da conjugação dos interesses e das ações – da Igreja, do Estado, de particulares e da cooperação internacional –, a educação popular via rádio, especialmente a

alfabetização de jovens e adultos, experimentou forte influxo na primeira metade da década de 60. Todos esses interesses e ações podem ser condensados no objetivo declarado de uma “educação popular para o desenvolvimento”.

2. A fase inicial

No início de 1959, o então secretário de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, Pedro Nicodemus, atendendo ao convite do chefe do Sirena, João Ribas da Costa, participou na capital federal de uma reunião para o encaminhamento das instalações de diversos sistemas radioeducativos estaduais, em convênio com o MEC, nascendo assim o Sirepa. Em correspondência posterior enviada a Nicodemus, o diretor-geral do DNE/MEC informava:

O Sirena prestará informações minuciosas sobre o modo de ser instalada a rede de escolas radiofônicas, mas, desde já, esclareço a V. Exa. que esse tipo de escola pode funcionar mesmo nas localidades onde não exista professor. Além disso, os receptores poderão ser instalados em qualquer local adaptável, inclusive em residências particulares (...). A despesa de uma rede municipal, paroquial ou mista, de escolas radiofônicas se resume, pois, na instalação de receptores. Para que V. Exa. possa estimar, com boa margem de segurança, o montante da despesa, posso informar-lhe que o preço médio de radiorreceptores, tipo escola radiofônica, são os seguintes, no momento (diretamente dos fabricantes, já incluído o imposto de consumo): receptor para ligar à rede de luz – Cr\$ 3.900,00; receptor alimentado à pilha de 90 volts – Cr\$ 3.700,00; receptor a transistor, alimentado a pilha de lanterna – Cr\$ 5.700,00. Para as áreas sem energia elétrica, este último tipo, embora mais caro, é o mais indicado, porquanto a pilha de 90 volts é muito cara e a manutenção das escolas torna-se muito dispendiosa.⁸

⁸ Correspondência enviada em 27/7/1959.

De volta à Paraíba, o secretário reuniu orientadoras educacionais, diretores de escolas e membros da SEC-PB, para tratar do “Sirena paraibano”. Dessa reunião resultou a escolha de Alice de Souza Rolim para dirigir o Sirepa, após treinamento no Sirena (Rio de Janeiro). Em seu depoimento, a diretora observa:

O treinamento era no sétimo andar do MEC, no Sirena. Fui estudar o material, a legislação, ver como funcionava (...), mas eles não tinham nenhuma experiência para mostrar. Para instalar essas coisas, é preciso muita garra (...). Eu acho que é um sacerdócio. A primeira coisa a trabalhar é contra a descrença. O povo dizia: “Rádio é pra cantar!” Eu repetia: “Pode cantar e pode aprender”. Sempre acreditei nisso.⁹

O Sirepa foi instalado na sede da SEC-PB, em João Pessoa, sendo sua programação transmitida pela Rádio Tabajara, pertencente ao governo do Estado. Em 14 de maio de 1959, os primeiros trinta rádios, receptores cativos comprados da S.A. Philips do Brasil, começaram a ser distribuídos e os primeiros monitores convocados. O “Sistema” funcionava da seguinte forma: transmissão da Rádio Tabajara; classes instaladas em casas particulares, igrejas, sedes comunitárias e até no quartel da Polícia Militar e aulas acompanhadas por um monitor (coordenador dos trabalhos de aprendizagem). Foram instaladas 17 escolas radiofônicas inicialmente em diversos bairros de João Pessoa.

– As primeiras [17 escolas] quem freqüentava, na maioria, eram os Clubes de Mães, mães que tinham conhecimento de puericultura, pelo pessoal que freqüentava os centros de saúde, pessoas dos centros sociais urbanos (...). Então, a gente ia naquele centro, pegava os líderes comunitários que faziam a seleção das pessoas, que convidavam as pessoas, formavam os grupos (...) praticamente o

⁹ Depoimento oral de Alice Rolim, colhido em 13/6/1996.

trabalho era de formação de agentes comunitários. A gente trabalhava com o pessoal que já trabalhava nos bairros, nos centros sociais.¹⁰

As aulas eram retransmissões dos discos fornecidos pelo Sirena (gravadas em *long-plays*) e completadas “ao vivo” por comentários da dirigente Alice Rolim. Desde o início, havia a preocupação de adaptar o material didático usado às peculiaridades locais e de “traduzir” alguns termos e idéias próprios da Região Centro-Sul que permeavam o conteúdo das aulas. Estas versavam sobre moral e civismo, educação sanitária, puericultura, conhecimentos agrícolas e noções de aritmética. Antes das aulas, os monitores (escolhidos na comunidade onde era instalada a escola radiofônica) eram reunidos no Sirepa e treinados para transmitir aqueles conteúdos. Algumas dificuldades são lembradas por Alice Rolim:

– Nesse momento inicial, 59-60, era eu sozinha, mas com a ajuda de pessoas da SEC, no expediente da tarde. Nunca era transmitido só o que vinha do Sirena, por causa da linguagem. Eram aulas rápidas de dez a vinte minutos, transmitidas duas ou três vezes por semana e feitas “ao vivo” – o que trouxe algumas dificuldades de controle técnico na Rádio. Então, começamos a gravar. Conseguimos “seu” Moisés, um técnico da Tabajara que controlava tudo (...). A gente gravava no Sirepa, mandava a fita, e ele mesmo se encarregava de passá-la (após a *Voz do Brasil*). Com o passar do tempo, fazíamos 15 minutos com o material do Sirena e 15 minutos para os nossos comentários.¹¹

Conforme o desenvolvimento do trabalho, o material proveniente do Sirena diversificava-se, aproveitando inclusive a idéia das novelas radiofônicas que alcançaram grande sucesso no Brasil

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

dos anos 50 e, aos poucos, foram incorporadas à televisão. A novela religiosa *José, salvador do Egito*, escrita pelo idealizador do Sirena, João Ribas da Costa, foi transmitida no segundo semestre de 1960. No ofício à dirigente do Sirepa, o padre Laurindo Rauber (dirigente do Sirena) salientava: “devido à grande procura que está ocasionando essa programação, tomamos a deliberação de remetê-la com urgência”.¹² No mesmo documento, padre Rauber pedia informações sobre o andamento do Sirepa e demonstrava confiança na experiência paraibana.

Aproveitando a oportunidade, solicitamos informações sobre o Sistema Rádio-Educativo da Paraíba (Sirepa), isto é, como se encontram as Escolas Radiofônicas, quantas estão em funcionamento e, baseada nos resultados das mesmas, quais as sugestões que nos deseja apresentar, visando a melhoria do sistema. Sua colaboração nesse sentido representa para nós valioso subsídio (...), pela experiência vivida sob sua orientação, em que depositamos inteira confiança.¹³

No seu primeiro ano de funcionamento, com as 17 escolas radiofônicas iniciais e, aproximadamente, quinhentos alunos nos bairros da capital, o Sirepa teve seu primeiro convênio renovado por mais quatro anos, com vencimento em 31/5/64, mediante um “Termo de Acordo Especial”, assinado entre o MEC (Sirena) e a SEC-PB (Sirepa), “destinado a elevar a cultura popular através do rádio”.¹⁴ Por esse termo, caberia ao MEC o “planejamento, a orientação técnica, a fiscalização e o controle do setor de serviços em que colaborar, bem como o fornecimento de material didático disponível”.¹⁵

¹² Ofício do Chefe do Sirena a Alice Rolim (15/6/1960).

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ “Termo de Acordo Especial”, de 1º/5/1960.

¹⁵ *Ibidem*.

A SEC-PB estaria encarregada da “instalação das escolas radiofônicas, do recrutamento de pessoal, da administração, da fiscalização imediata e da responsabilidade da execução dos serviços”. Entre as obrigações do MEC/Sirena, constavam: fornecer material gravado com os “Cursos Básicos de Cultura Popular e respectivo material visual”, *sketches* radioeducativos, “programas de caráter recreativo, inclusive música popular”; fornecer “textos para aprendizagem da leitura, educação da saúde, educação cívica e econômica e outros materiais do Serviço de Educação de Adultos”; “desempenhar a função de intermediário entre os diversos sistemas radioeducativos do País”. Por seu lado, a SEC-PB/Sirepa devia, entre outras exigências: possuir, no mínimo, uma estação de rádio própria em condições de funcionamento ou conveniar-se com uma emissora comercial; possuir uma administração organizada, capaz de controlar o funcionamento das escolas; comprovar a instalação de um número significativo de escolas radiofônicas; “incentivar por todas as formas as matrículas dos alunos e a frequência dos mesmos, de maneira que esta não apresente média mensal inferior a vinte alunos em sedes municipais e distritais e 12 alunos nos quadros rurais”; e “apurar o rendimento do ensino da maneira que for mais indicada na região, enviando ao DNE os resultados”.¹⁶

Entre o final de 1960 e o início de 1961, a direção do Sirepa precisou definir seus novos rumos, para além da instalação das primeiras escolas radiofônicas em João Pessoa. Nesse sentido, foram tomadas duas decisões fundamentais e interligadas: primeiro, “caminhar com suas próprias pernas” sem (a programação e o respaldo) o Sirena (em declínio) e, segundo, concentrar suas atividades num dos principais problemas

¹⁶ Ibidem.

educacionais da Paraíba (e de todo o Brasil): a alfabetização de jovens e adultos que não tinham tido acesso à escola ou que dela tinham sido excluídos, principalmente daqueles acima dos 14 anos de idade.

3. A alfabetização de adultos pelo rádio

Para concentrar-se na alfabetização das pessoas que possuíam mais de 14 anos, o Sirepa procurou fortalecer-se em dois campos: a formação de uma equipe (central) própria e o treinamento dessa equipe principalmente pelo MEB-PE. Os contatos com as experiências do MEB de Natal e de Aracaju também funcionaram como valiosos instrumentais de que dispôs o Sirepa.

Em termos operacionais, das 17 escolas existentes, sete delas foram selecionadas para as primeiras aulas específicas da alfabetização. Os anos de 1961 e 1962 foram reservados, basicamente, para a formação, o treinamento e a qualificação da equipe do Sirepa para o trabalho com a alfabetização.

Quanto à equipe, além da diretoria, começaram a ser contratadas as “professoras-locutoras”, que se responsabilizariam pela preparação dos conteúdos, pela gravação e pela apresentação das aulas. Além disso, trabalhariam com os monitores, treinando-os para o acompanhamento das aulas pelo rádio. Esses treinamentos eram feitos aos sábados pela Rádio Tabajara e em encontros periódicos, nos quais toda a equipe do Sirepa atuava. Nessa fase, o Sirepa se preparou, como um todo, tanto em treinamentos externos para a equipe central, como no repasse do aprendizado aos monitores. Aos poucos, aprendia-se, “em serviço”, desde a preparação das aulas (agora, sem nenhum material do Sirepa), sua transmissão, o trabalho de acompanhamento/supervisão da atuação dos monitores, até o

aproveitamento dos alunos e da avaliação do rendimento do processo.

Uma das professoras-locutoras esclarece o que era o “aprendizado em serviço”, no início do processo de alfabetização do Sirepa, já em 1962.

– No começo íamos à Rádio, mas depois o trabalho foi melhorando, então resolveram colocar uma sala de gravação na Secretaria [da Educação e Cultura] e ali nós gravávamos, mais ou menos, uma hora diária. Uma hora-aula, metade Português e metade Matemática, para procurar alfabetizar. Elaborávamos os textos de acordo com o que havíamos pensado antes. Antes não havia cartilha, depois (1964) é que elaboramos uma (...). Em Português, jogávamos aquelas palavras para o aluno, como se estivéssemos em sala de aula, conversando com ele, bem informalmente. Por exemplo, se se quisesse fazer um exercício, uma coisa rápida (...), uma coisa para que eles pudessem memorizar, então a gente dava aquele pouquinho de música, um minuto, enquanto ele pensava. Na época da avaliação, fazíamos a mesma coisa.¹⁷

As sete escolas de alfabetização eram freqüentadas por empregadas domésticas, jovens (maiores de 14 anos) indicadas pelos Clubes de Mães, donas-de-casa, além de várias “pessoas que sabiam ler mas não escreviam, ou que escreviam, mas não liam corretamente”.¹⁸

Como parte da formação e qualificação dos integrantes da SEC-PB e do próprio Sirepa, a diretora Alice Rolim foi enviada a São Paulo, com bolsa da Unesco, para participar do V Curso de Especialistas da Educação para a América Latina, realizado durante o ano de 1962 na Universidade de São Paulo (USP). Em sua monografia final, escreveu sobre a questão do professor leigo no ensino da Paraíba e a instalação de um Centro

¹⁷ Depoimento oral de Edna Tavares, colhido em 4/6/1996.

¹⁸ Depoimento de Alice Rolim, já citado.

de Formação e Treinamento de Professores (CFTP) em João Pessoa (e, depois, no interior do Estado), destacando a importância desses centros para a escola paraibana e para a alfabetização de adultos, de maneira específica. Na expressão-síntese de Rolim, identifica-se um dos problemas nucleares da educação paraibana: “Se o professor era leigo, imagine o resto!”¹⁹

Com efeito, se os anos de 1961 e 1962 podem ser caracterizados, por um lado, como embrionários na constituição da equipe do Sirepa e de sua qualificação-treinamento, por outro, o problema principal daquele período eram os recursos financeiros para a compra de rádios e pilhas, manutenção técnica, pagamento de pessoal (inicialmente do Estado), inclusive, monitores (até então sem remuneração), além de constituir a equipe de supervisão. A SEC-PB, que nunca dispôs de verbas significativas para o Sirepa, não conseguia manter o serviço e, principalmente, levar a cabo os objetivos para os quais o sistema havia se expandido. Ou seja, não tinha suporte financeiro para que o Sirepa se tornasse uma campanha de alfabetização estadual. Nem havia, ainda, um secretário de Educação e Cultura que assumisse a radioeducação popular como prioridade.²⁰ No entanto, a partir de 1963, esses problemas começaram a ser superados com o retorno do Secretário Diniz e, especialmente, com a inclusão do Sirepa nas verbas distribuídas pelo governo federal, mediante o Plano de Emergência (1962) e, depois, sucessivamente, o Plano Trienal (1963) e o acordo Sudene-MEC-Usaid (1964/1965), como será analisado a seguir.

¹⁹ Depoimento de Alice Rolim, já citado, e monografia apresentada no V Curso de Especialistas da Educação para a América Latina, promovido pela Unesco em 1962, em São Paulo.

²⁰ Entre 1961 e 1962, Waldo Valle ocupou interinamente a SEC-PB. No retorno do seu titular, Nominando Diniz, em 1963, o Sirepa constituiu prioridade e alcançou seu período mais produtivo. Diniz foi considerado seu “grande comandante”.

4. A expansão e o auge do Sirepa

Das vinte escolas iniciais existentes entre 1959 e 1962, todas localizadas em bairros de João Pessoa, o Sirepa chegou a quase seiscentas escolas distribuídas em todas as regiões da Paraíba, em 1965, no final do governo Gondim. Considerando-se uma média de trinta alunos por escola radiofônica, o Sirepa alfabetizava aproximadamente 18 mil adultos,²¹ um ano depois do golpe de abril de 1964.

Os planos de expansão do Sirepa, no sentido de atingir todas as regiões do Estado, foram elaborados em 1962, para integrar o Plano de Emergência do governo federal,²² a partir dos primeiros meses de 1963. No plano das atividades, um histórico do que o Sirepa já realizara, e as possibilidades de sua expansão, procurava demonstrar ao MEC a viabilidade da alfabetização de adultos na Paraíba, mediante a radioeducação – o que foi, em parte, alcançado²³ durante o ano de 1963. Naquele ano, previa-se a instalação de 120 escolas, em dois períodos sucessivos (sessenta em cada um), nos vários municípios, agrupados em torno de sedes nas diversas microrregiões.

Estabelecida a matrícula-padrão de 30 alunos por classe, aceita a estimativa de 90% de rendimento (obtida nas primeiras escolas em 1961), quando ainda faltavam as condições essenciais a um bom trabalho, chegaremos à previsão de (...), após 120 horas-aula, com 60 escolas, em dois períodos sucessivos, a aproximadamente 3.600 alunos (em 1963).²⁴

²¹ Relatórios do Sirepa, 1963, 1964 e 1965.

²² "Voltei com dinheiro vivo na mão para a educação da Paraíba". Depoimento de Waldo Valle (SEC-PB), em 23/4/1996.

²³ Documento relativo à aplicação dos recursos do Plano de Emergência do governo federal.

²⁴ *Ibidem*.

A expansão do Sirepa estava projetada para ser cumprida em duas fases: a de “atividades preliminares” e a de “alfabetização propriamente dita”. Da primeira, constava desde a instalação física adequada (prédio, equipamentos, viaturas para inspeção e supervisão etc.) até a contratação-organização-preparação de pessoal para o processo expansivo. Os alicerces fundamentais desse processo requeriam as seguintes providências: o recrutamento de professores e auxiliares, a preparação da equipe técnica, os estágios de treinamentos para professoras e supervisoras e o treinamento de monitores.

Na segunda fase, a da “alfabetização propriamente dita”, que seria desenvolvida em cento e vinte horas, em dois períodos idênticos de sessenta horas, o funcionamento foi esquematizado em sete etapas:

... elaboração e revisão das aulas; transmissão das aulas noturnas, com duração de uma hora cada; supervisão e orientação nas escolas; verificação da aprendizagem, através de questionários orais e escritos (semanalmente); aplicação de provas objetivas; avaliação e julgamento das provas e encerramento solene do ano letivo.²⁵

Também estavam previstas, além do encerramento solene das atividades, aulas inaugurais com o governador, com o secretário de Educação e Cultura e com o diretor do Departamento de Educação (vide o item 8 deste trabalho).

Entre os objetivos constantes do Plano de Emergência do governo federal, merecem destaque os seguintes:

1. Alfabetizar e educar, elevando o nível do povo no que se refere à saúde, formação moral e cívica e economia;
2. Colaborar com o Departamento de Educação da SEC-PB:

²⁵ Ibidem.

- a) na tarefa de organização da matrícula por idade;
- b) na realização de campanhas de alfabetização nos Grupos Escolares e Escolas Estaduais noturnas, instalando classes. Após um período de 2 a 3 meses, esses alunos passarão a frequentar as classes comuns dessas escolas; e
- c) concorrer para melhoria do ensino noturno, através do monitor que será orientado convenientemente, pela equipe de supervisoras do Sirepa.²⁶

O plano destacava, ainda, o funcionamento do Sistema, na Rádio Tabajara, diariamente, das 20 às 21 horas²⁷ (após a *Hora do Brasil*), com aulas de linguagem, aritmética e conhecimentos gerais. A equipe de monitores foi constituída com a colaboração dos prefeitos municipais, líderes de associações e diretoras de grupos escolares e escolas noturnas.

Ao todo, a expansão do Sirepa, prevista para 1963, requiritava um orçamento de Cr\$ 6 milhões e 350 mil, divididos entre o Plano de Emergência (entre abril e junho) e o Plano Trienal, para 1963/1964/1965. Desse total, 59,66% destinavam-se aos materiais de consumo e permanente, 29,25% para o pagamento de pessoal, e o restante se dividia entre despesas com mobiliário, aluguéis e outras despesas eventuais.²⁸

No quadro de pessoal existente no início da expansão (1963), além dos cento e vinte monitores (um para cada escola radiofônica) constavam: “seis supervisoras e quatro técnicas pedagógicas, duas professoras-locutoras, dois datilógrafos, um arquivista, um motorista, dois desenhistas e dois radiotécnicos”.²⁹

²⁶ Ibidem.

²⁷ Um dos maiores problemas enfrentados pelas escolas radiofônicas foi o horário tardio das transmissões das aulas, especialmente considerando-se que os alfabetizados vinham de uma extensa jornada de trabalho diário.

²⁸ Relatório (1964) de aplicação do Plano de Emergência citado.

²⁹ Ibidem. No quadro de gratificação, as professoras-locutoras recebiam Cr\$ 10 mil (em 1963 o salário mínimo era pouco mais de Cr\$ 8 mil).

Como resultado da sua expansão, o Sirepa saiu dos porões do prédio da SEC-PB, instalando-se num apartamento, a partir de 26 de abril de 1963, inaugurado pelo Governador.³⁰ Entre 20 de abril e 20 de maio desse ano, a equipe de supervisoras instalou diversas escolas radiofônicas, a começar pelos bairros de João Pessoa. Em seguida, as escolas foram instaladas “na zona rural, atingindo alguns municípios mais próximos, planejados para este primeiro período e alguns mais afastados da sua sede, como Solânea e Princesa Isabel.”³¹ Essas escolas foram instaladas por meio de “entendimento com as autoridades de cada município”. Fazia-se o “contato com os líderes de cada região” – inclusive para a indicação dos monitores – e o mapeamento das necessidades de cada microrregião, em termos de alfabetização de jovens e adultos. Em um mês foram instaladas trinta escolas nos seguintes municípios: João Pessoa (quatro), Bayeux (três), Santa Rita (duas), Sapé (nove), Rio Tinto (três), Cabedelo (uma), Mamanguape (uma), Solânea (seis) e Princesa Isabel (uma). É importante observar que 40% dessas escolas radiofônicas concentravam-se nas zonas rurais de atuação das ligas camponesas, como as de Santa Rita, Sapé e Mamanguape, além de locais de concentração do operariado e de sindicalismo forte,³² como Bayeux e Rio Tinto.

O relatório do Sirepa referente ao primeiro período (abril-junho) de 1963, registra ainda que, dos quase novecentos alunos matriculados nas trinta escolas (todas noturnas), “640 se submeteram ao teste aplicado após vinte dias letivos, sob a orientação das professoras-locutoras e corrigidos pela equipe de supervisão do

³⁰ Depoimento oral e informações do arquivo pessoal de Alice Rolim.

³¹ Relatório do Sirepa (1963). O privilégio da instalação, em primeiro lugar, das escolas radiofônicas em seu reduto eleitoral, coube ao Secretário Diniz. Isso denota apenas um dos usos políticos do Sirepa.

³² Os rádios utilizados pelas Ligas Camponesas foram confiscados, e as respectivas escolas radiofônicas fechadas, no golpe de 1964.

Sirepa”.³³ O aproveitamento dos alunos variou entre 55% e 98%, atestando, até certo ponto, a eficiência do trabalho (só quatro escolas tiveram rendimento abaixo dos 70%). Esse processo resultava, basicamente, das seguintes condições: atuação do monitor, condições de funcionamento da escola radiofônica e disponibilidade/interesse dos alunos. A atuação do monitor funcionava como elo importante, pois ligava/coordenava a exposição pelo rádio e a recepção pelo aluno. Por outro lado, havia escolas rurais onde as condições locais impediam um bom funcionamento durante o inverno (período das chuvas). A disponibilidade e o interesse dos alunos pelas aulas noturnas, depois de um dia de trabalho pesado e do horário tardio da transmissão, dependiam de motivação própria. Tal motivação passava pelo encantamento do uso do rádio e pela atuação do monitor.³⁴

No segundo período de 1963, foram instaladas mais oitenta escolas radiofônicas em 11 municípios. Das trinta escolas em funcionamento no primeiro semestre, cinco foram fechadas. Assim, das cento e vinte escolas previstas para 1963, em novembro funcionavam cento e cinco, com aproximadamente três mil alunos.³⁵

A expansão do Sirepa foi consolidada ao longo de 1963. No final desse ano, por meio do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios (DATM),³⁶ o Sirepa se propunha a “estender sua rede de escolas radiofônicas a todos os municípios paraibanos”.³⁷ Esse objetivo não foi atingido em sua totalidade, embora um ano mais tarde funcionassem centenas de escolas radiofônicas.

³³ *Ibidem*.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ Dados de uma exposição feita pela direção do Sirepa em Guarabira.

³⁶ Um dos órgãos do governo Gondim integrado por técnicos considerados “progressistas”, assim como o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED).

³⁷ Minuta do convênio entre o DATM e o Sirepa para a expansão estadual da alfabetização pelo rádio. O DATM servia de intermediário entre o Sirepa e as prefeituras municipais.

Tabela 2 – Municípios e escolas do Sirepa instaladas no segundo semestre de 1963

Municípios	Nº de escolas
Juripiranga	14
Mamanguape	10
Sapé	20
Santa Rita	10
S. M. de Taipu	7
Serraria	5
Pitimbu	5
Bananeiras	3
Mari	3
P. Isabel	2
Cabedelo	1

Fonte: Exposição do Sirepa em Guarabira, 22/11/1963.

É importante, também, registrar que, em 1963, o Sirepa dividiu seu trabalho em turmas A e B, sendo as turmas B destinadas aos alunos que concluíssem a primeira fase da alfabetização e que lessem regularmente. As aulas das turmas A ocorriam entre 18h e 19h e as das turmas B, das 20h às 21h diariamente. Por motivos os mais diversos, das cento e cinco escolas de alfabetização instaladas nesse ano, apenas 92 realizaram testes finais de alfabetização (avaliação) com 1.748 alunos alfabetizados e aprovados.³⁸

Uma preocupação central da equipe dirigente do Sirepa, decorrente da sua expansão e especialmente voltada para as turmas B, concentrava-se no material didático.³⁹

O maior problema nosso foi esse – a busca dos textos escritos para o adulto, pois geralmente os textos eram infantis. Então começamos elaborando textos em papel avulso. Esse papel era mimeografado e

³⁸ Relatório do Sirepa (1963), já citado.

³⁹ Sobre o material didático produzido pelo Serviço de Educação de Adultos do MEC e utilizado nos anos 50 e início dos anos 60, ver Celso de Rui Beisiegel (1974).

enviado para o aluno. Escrevíamos o texto (...), por exemplo, um tema de saúde, um tema de trabalho ou de família. Escolhíamos aqueles textos, elaborávamos aquelas frases e mandávamos para os radiopostos, mas todo o material era visto já no treinamento com os monitores, e estes davam as suas opiniões. Todo o nosso trabalho era feito com os monitores de todos os locais para que tivéssemos uma idéia exata das necessidades locais. No início não dispúnhamos de material, então procuramos usar cartilhas já existentes e disponíveis da Secretaria.⁴⁰

Para as turmas B o Sirepa produziu sua própria cartilha, depois de fazer uma análise das cartilhas utilizadas em outras experiências, como a do MCP-PE e a do MEB.⁴¹ Em 1964, o Sirepa divulgou sua cartilha, cuja análise será feita adiante.

Findava o ano de 1963 com a exacerbação dos conflitos políticos em toda a Paraíba, especificamente, em muitos locais onde o Sirepa atuava. O início de 1964 foi tenso em muitas escolas radiofônicas – que continuavam seu trabalho, apesar da conflagração nas regiões sob influência das ligas camponesas. Os depoimentos dos integrantes do Sirepa não revelam pressão ou obstáculo maior ao trabalho nos primeiros meses de 1964. A surpresa viria a seguir: além do confisco dos rádios das ligas sob suspeita de fazerem parte de um “processo subversivo”, a sede do Sirepa em João Pessoa foi revistada por uma guarnição do Exército, acompanhada pelo chefe de Polícia estadual, na manhã de 1º de abril de 1964. Mas o trabalho do Sirepa, com exceção das escolas das ligas, continuou normalmente.

Em 1964, o prazo já havia expirado e os recursos do Plano de Emergência estavam esgotados. Aplicavam-se os financiamentos oriundos do Plano Trienal e pretendia-se abrir mais

⁴⁰ Depoimento de Alice Rolim, já citado.

⁴¹ As cartilhas do MEB e do MCP foram julgadas positivamente, mas não adotadas em função de seus posicionamentos políticos.

duzentas escolas. Fator decisivo para essa grande expansão foi a aquisição de centenas de rádios, contando, além dos recursos previstos pelo Plano Trienal, com o financiamento do convênio Sudene-MEC-Usaid/SEC-PB.⁴² Do primeiro, o Sirepa aplicou Cr\$ 36 milhões e 805 mil e, do segundo, mais Cr\$ 17 milhões e 800 mil.

Para a realização do trabalho, além do reforço da equipe de 15 supervisores, foram desenvolvidos treinamentos intensivos de monitores.

No período de março a julho (1ª fase), uma equipe composta de 6 supervisoras e 3 professoras realizou o treinamento de monitores de Escolas Radiofônicas, com sedes na capital, Santa Rita, Princesa Isabel, Solânea, Itapororoca, Pitimbu, Juripiranga, S. M. do Taipu, Mamanguape, Guarabira. Nos municípios-sedes, foram reunidos grupos cujo número variou entre 15 e 40 monitores de municípios adjacentes, com duração de 2 a 4 dias, conforme o número de participantes.⁴³

No programa básico do treinamento de monitores, mediante seminários, exposições e painéis, constavam 15 tópicos, relacionados abaixo:

1. Escola radiofônica – Como surgiu? Por quê? Como funciona? O rádio e seu manejo.
2. Monitor – sua atuação para a promoção do meio.
3. Educação de base. Por quê? Que é?
4. Realidade brasileira.
5. Elaboração e emissão de aulas.
6. Cultura popular.

⁴² Documento original do referido convênio. A contribuição financeira da Usaid para a compra de rádios foi significativa. Certamente, sem ela o Sirepa não teria conseguido se expandir. A direção do programa participou, ainda, de um seminário sobre a preparação de cartilhas e livros (além de líderes) para a alfabetização de adultos.

⁴³ Relatório do Sirepa (1964).

7. Filmes e teatro educativos.
8. Noções básicas dos programas de Português e Matemática.
9. Entrevista e organização de fichas individuais.
10. Noções de correspondência, redação.
11. Organização de programas recreativos pelo grupo de participantes.
12. Análise do monitor. Atuação, atitudes e qualidade. Material didático – seu uso para maior objetivação das aulas.
13. Exposição, palestras de educadores e técnicos de assuntos diversos.
14. Visitas a locais de valor histórico ou artístico.
15. Questionário de avaliação.⁴⁴

As atividades do chamado Encontro de Monitores estiveram sob a responsabilidade da equipe do Sirepa – formada pelas professoras-locutoras, assistentes sociais, técnicos em educação e estudantes universitários –, com a colaboração de especialistas nos aspectos teórico-metodológicos da alfabetização de jovens e adultos. Esses Encontros de Monitores duravam de dois a quatro dias, em horário integral e em regime de internato. Sua programação era “adaptada pela equipe responsável em cada encontro, de acordo com o nível dos participantes e circunstâncias locais”.⁴⁵ Depois da fase de preparação de material, do treinamento de monitores e da confecção da cartilha do Sirepa, de março a julho, foi intensificada a “alfabetização propriamente dita” no segundo semestre, com 120 horas.

A segunda fase, isto é, a alfabetização propriamente dita, se realizou no período de julho a dezembro, com transmissão de aulas diárias para as turmas A e B, cuja duração foi de 45 minutos cada aula. Diariamente foram transmitidas aulas de Linguagem e Aritmética, além de Conhecimentos Gerais. As várias atividades realizadas

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Depoimentos de Alice Rolim, Alice Gadelha e Edna Tavares, já citados. Relatório do Sirepa (1964).

podem ser resumidas no seguinte: elaboração, revisão e gravação de aulas por uma equipe de 3 professoras e 2 supervisoras, para ambas as turmas; transmissão das aulas, controlada por técnico do Sirepa; supervisão das escolas, no horário de funcionamento (noturno), por uma equipe de 12 supervisoras, que viajavam em dias alternados, oportunidade em que, através de questionários orais procediam à verificação dos conhecimentos transmitidos nas aulas, e orientavam a atuação do monitor em sala de aula; elaboração, aplicação e correção de 2 testes escritos para verificação da aprendizagem e encerramento do período com a divulgação de alunos promovidos em cada escola.⁴⁶

O material e o equipamento dos cursos para monitores e das aulas radiofônicas variavam desde aqueles utilizados pela Rádio Tabajara, aos “receptores cativos” da Philips, passando pelas cartilhas, livros, cartazes, filmes educativos, diafilmes (*slides*) e pela infra-estrutura de transportes, especialmente nas atividades de supervisão. Nestas, segundo vários depoimentos, em alguns locais de difícil acesso, as longas caminhadas (noturnas) das supervisoras para chegar às escolas não constituíam acontecimento raro. Acrescentem-se as próprias dificuldades dos alunos (além das distâncias, dos horários etc.), como se observa em um dos relatos de supervisão:

– Existia uma cartilha que começava com “edifício”, uma das primeiras palavras. Aquele nome aparecia durante toda aula, frisando bem a vogal “e”. Quando fiz a supervisão, perguntei a um senhor, que estava do meu lado, se estava gostando da cartilha, se estava encontrando alguma dificuldade. Ele disse: “Oi, professora, pra mim já começa edifício, por aí a senhora tira”. (...) Era realmente difícil para ele. “Edifício”, para ele, na realidade, não tinha sentido algum (...). Ele morava na zona rural.⁴⁷

⁴⁶ Relatório do Sirepa (1964).

⁴⁷ Depoimento de Alice Rolim. Confirmado nos depoimentos de Alice Gadelha, Edné Dantas e Edna Tavares.

Como se observa, a expansão quantitativa do Sirepa foi acompanhada de sérias dificuldades, especialmente em manter o grande número de alunos nas mais de duzentas escolas (seis mil alunos estimados). Os dados estatísticos apresentados no Relatório de 1964 indicavam um comparecimento contínuo/efetivo de pouco mais de 50%, de onde se pode deduzir o grau de dificuldades do Sirepa para alfabetização em massa pelo rádio. Compareceram até o fim do curso (níveis A e B) 54,07% dos participantes, o que implica uma evasão de 45,93%. Dos que permaneceram e se submeteram às avaliações, 86,43% foram aprovados e apenas 13,57% reprovados.⁴⁸

Um balanço quantitativo (Tabela 3) de 1963, 1964 e 1965, comparando as escolas instaladas com as que funcionaram, e a matrícula prevista com a efetiva, mostra os avanços e sinaliza as dificuldades.

Tabela 3 – Situação das escolas radiofônicas (1963-1965)

Ano	E. Inst.	E. Func.	Matr. Geral	Matr. Efetiva
1963	120	105	3.300	2.350
1964	215	200	6.300	6.000
1965	550	507	15.000	13.096

Fonte: *Histórico das escolas radiofônicas do Sirepa – 1963-1965.*

As escolas radiofônicas em efetivo funcionamento aumentaram 382,8%, enquanto a matrícula efetiva cresceu 457,3% – números que, por si sós, atestam a importância do Sirepa no triênio 1963-1965, enquanto campanha de alfabetização de jovens e adultos. O convênio Sudene-MEC-Usaid com a SEC-PB, firmado no primeiro trimestre de 1964, revelou-se fundamental para a expansão do Sirepa, pois mediante ele pôde a Rádio Tabajara

⁴⁸ Relatório do Sirepa (1964).

superar dificuldades técnicas, aumentar sua potência transmissora e chegar a todas as regiões do Estado, cobrindo as zonas rurais e suburbanas mais distantes de João Pessoa. No planejamento relativo à aplicação dos recursos do convênio, estava previsto:

Aquisição de um Link. Justificativa: Fazer funcionar a "onda curta" da Rádio Tabajara a fim de dar cobertura a todo o Estado, uma vez que o Sirepa pretende estender o ensino radiofônico a todos os municípios da Paraíba. Facilitar o trabalho de transmissão dos programas do Sirepa, evitando incidentes desagradáveis como os ocorridos no ano anterior, quando programas eram sustados e não transmitidos em dias e horas determinadas.⁴⁹

Na aplicação desses recursos, além da aquisição de centenas de rádios, previa-se ainda o treinamento periódico de monitores e o atendimento de mais 15 municípios, dando prioridade aos que tivessem maior contingente de população analfabeta ou às solicitações e aos interesses dos líderes locais.

Os contatos com os trabalhos desenvolvidos em outras regiões do país pela Usaid/Nordeste, com sede em Recife, se estreitaram no segundo semestre de 1964, quando a direção do Sirepa foi convidada a participar do Seminário de Preparação de Livros para a Alfabetização de Adultos. No convite, o chefe interino da Divisão de Educação da Usaid, Chester A. McCormick, afirmava que "os técnicos designados [pelo Sirepa/SEC-PB] poderiam emprestar sua colaboração ao seminário, discorrendo sobre as experiências do Estado da Paraíba no campo da alfabetização de adultos".⁵⁰ No programa previsto para o seminário, o "objetivo primordial" estava indicado:

⁴⁹ Aplicação dos recursos do convênio Sedene-MEC-Usaid/SEC-PB em 1964.

⁵⁰ Documento do Setor de Convênio Interamericano (Seci) Sudene-MEC-Usaid, de 2/9/1964.

Treinar elementos de alto gabarito, pertencentes aos quadros das Secretarias de Educação e Cultura do Nordeste, em técnicas modernas sobre a maneira de escrever livros e simplificar textos para a segunda etapa dos programas de alfabetização de adultos. Ao mesmo tempo, deverá promover a preparação de planos que permitam aos participantes a realização de seminários idênticos nos seus respectivos Estados.⁵¹

Além da Sudene, da Usaid e das SECs, participou do evento o Fundo de Alfabetização Laubach⁵² que, a exemplo da agência norte-americana, designou técnicos para “prestar assistência ao Seminário e auxiliar na preparação e na ilustração dos livros” para a alfabetização dos adultos. Entre as preocupações específicas do Seminário constavam: conteúdo do programa, necessidade do material da segunda etapa, escolha dos possíveis assuntos, avaliação de listas de palavras básicas, escolha de histórias interessantes e das ilustrações. Nesse sentido, torna-se importante registrar a correspondência enviada pelo Diretor do DNE/MEC agradecendo a participação da diretora Alice Rolim no Grupo Planificador do Material de Alfabetização, em função do “real conhecimento dos problemas básicos da educação”, demonstrado pela representante do Sirepa.⁵³

Também em 1965, o Sirepa aceitou a colaboração das Escolas Voluntárias de Alfabetização pelo Rádio (Evar), esquema no qual “qualquer proprietário de Rádio poderia se inscrever, com um número indeterminado de alunos”. Assim, todo o trabalho poderia ser repassado a emissoras particulares, o que multiplicaria o processo de alfabetização, acompanhado do

⁵¹ Ibidem.

⁵² O Método Laubach foi utilizado pela Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CNEAA), pelo Sirepa e, também, pela Cruzada ABC (vide a segunda parte deste livro).

⁵³ Documento enviado pelo MEC ao Sirepa em 7/4/1965.

material didático, do trabalho de supervisão e da orientação dos monitores, da avaliação, processos coordenados e executados pelo Sirepa⁵⁴

O resultado desse esforço conjunto (federal, estadual e municipal e particular) se concretizou na instalação de centenas de escolas radiofônicas em 65 municípios e suas adjacências (sítios, povoados, fazendas, vilas).

Entre as microrregiões que mais instalaram escolas radiofônicas em 1965, destacaram-se aquelas polarizadas por Bananeiras, Solânea, Mamanguape e Santa Rita (111 escolas e 2.855 alfabetizandos). Essa expansão fazia parte dos convênios do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios (DATM) em colaboração com os principais líderes políticos dessas áreas.⁵⁵ Nesses convênios, os municípios se encarregavam de comprar os receptores, financiar as despesas de hospedagem e deslocamento do pessoal do Sirepa encarregado dos treinamentos de monitores, entre outros encargos. O Sirepa prestava a assistência técnica e pedagógica, treinava e pagava os monitores e fornecia todo o material didático.

Entretanto, a expansão vertiginosa do Sirepa, entre 1963 e 1965, não evitou problemas graves, como atesta o comunicado da Sociedade dos Amigos da Praia do Poço, município de Cabedelo, informando sobre o fechamento de sua escola, em função da redução da turma de 35 para quatro alunos.⁵⁶

O final do governo Gondim (1965) trouxe para o Sirepa, paralelamente aos planos de maior expansão (seriam mil escolas

⁵⁴ Relatório do Sirepa (1965).

⁵⁵ Documento do convênio com os municípios de Solânea e Bananeiras, ambos representados pelo líder da região, o deputado Clóvis Bezerra. Registrado em cartório em 6/3/1965.

⁵⁶ Carta da Sociedade dos Amigos da Praia do Poço, comunicando a extinção da escola radiofônica em 25/8/1965.

em 1966, o que corresponderia, aproximadamente, a trinta mil alunos), problemas intransponíveis. Em primeiro lugar, as saídas do Secretário de Educação e Cultura (Nominando Diniz) e da principal dirigente do Sirepa (Alice Rolim) causaram tanto a redução no apoio à infra-estrutura (transporte, pessoal etc.) por parte do Estado quanto a ausência de uma liderança pessoal e profissional. Em segundo lugar, desde a metade de 1965, vinham-se realizando contatos entre a SEC-PB e a Cruzada ABC, sediada em Recife, com vistas à sua instalação na Paraíba, o que acabou se concretizando em 1966. O interesse do novo governo estadual pela Cruzada ABC, e pelos milhares de dólares que a acompanhavam, fez com que o Sirepa fosse gradativamente perdendo sua força como campanha de alfabetização de jovens e adultos, além do declínio de sua importância estratégica em termos de educação política e de política eleitoral.

5. O declínio e a extinção do Sirepa (1966-1969)

Em 1966, por força dos convênios ainda em vigor, mas já enfrentando dificuldades, o Sirepa chegou a instalar mais escolas, somando quase seiscentas (20% a mais que em 1965), mais em função do que havia sido conseguido até 1965 que por um processo de revigoração.

Uma preocupação fundamental, em 1966, foi o da manutenção do processo de alfabetização. Outra dizia respeito à necessidade de uma ação urgente no sentido de permitir que os conteúdos estudados, a leitura e a escrita, fossem usados pelos alfabetizados e, assim, não ficassem esquecidos/perdidos. Em outras palavras, o Sirepa preocupava-se com a pós-alfabetização e com a profissionalização. Na aplicação dos recursos do Plano Nacional de Educação (PNE) para 1966, estava destacada a questão da continuidade do processo educativo:

Pretendemos que a duração do curso das Escolas Radiofônicas do Sirepa seja de três anos, período em que, segundo nossas estimativas, supomos ser possível transmitir, aos adolescentes e adultos, as informações e as experiências necessárias a sua integração à realidade de seu meio, bem como, despertar o interesse para a frequência aos cursos de Consolidação da Aprendizagem e Iniciação Profissional (...). Com a ampliação do número de escolas em 1966, se faz mister a “descentralização” do Sirepa com subseções em alguns municípios do Estado, não só para facilitar a supervisão e o controle do Serviço, como também para suprir as deficiências de audição da emissora (Rádio Tabajara).⁵⁷

Uma questão-chave do Sirepa, naquele momento, era implantar um processo de “descentralização”, pois, com a expansão, cresceram também as dificuldades de operacionalização. Assim, a centralização na capital do Estado tornou-se obstáculo a ser ultrapassado. O problema da potência da Rádio Tabajara havia sido parcialmente solucionado, mas nem todas as regiões da Paraíba haviam sido beneficiadas. Como parte do plano de descentralização, Cajazeiras foi escolhida como subseção, para funcionar a partir de 1967.

Nesse sentido, o convênio firmado entre a Cúria Diocesana de Cajazeiras⁵⁸ e a SEC-PB mostra a expansão do Sirepa na região sertaneja do Estado. Para se ter uma idéia da dimensão do convênio, a Cúria assumiu a responsabilidade pela aquisição de trezentos receptores, setenta quadros-negros e setenta lâmpadas Aladim, além do treinamento de cinquenta monitoras (sob supervisão do Sirepa). A SEC-PB, por seu turno, obrigava-se a colocar à disposição do convênio cinco funcionários “para fiscalizar e coordenar o funcionamento e o controle das classes do Sirepa”. Para viabilizar esse trabalho, a Rádio Alto Piranhas, de propriedade

⁵⁷ Relatório da aplicação dos recursos oriundos do PNE (1966).

⁵⁸ Convênio do Sirepa/SEC-PB com a Cúria Diocesana de Cajazeiras (8/6/1966).

da Cúria Diocesana de Cajazeiras, em cadeia com a Rádio Tabajara, retransmitiria a programação completa do Sirepa, tanto nos dias normais como nas programações especiais (de revisão, de trabalho exclusivo com os monitores etc.).⁵⁹

De maneira geral, de João Pessoa a Cajazeiras, ou seja, do litoral ao sertão, as atividades letivas do Sistema Rádio-Educativo da Paraíba em 1966 giravam em torno de oito pontos centrais:

- a) transmissão de aulas noturnas, com a duração de 60 minutos para cada turma;
- b) supervisão e orientação das escolas nos horários de funcionamento das aulas;
- c) supervisão das subsedes pela equipe central do Sirepa;
- d) promoção de encontros de professoras-locutoras, supervisores e monitores para avaliação, estudo e planejamento;
- e) transmissão do programa do monitor, semanalmente;
- f) verificação da aprendizagem através de questionários orais e escritos;
- g) elaboração e aplicação de provas objetivas; e
- h) avaliação e julgamento das provas.⁶⁰

Entretanto, a grande questão para o Sirepa era sustentar seu crescimento. Em 1967, de diretores a motoristas, registravam-se dezenas de funcionários e seiscentos monitores. A estimativa era de 18 mil alfabetizando.⁶¹ Na Tabela 4, apresenta-se a listagem das funções e do número de pessoas integrantes do Sirepa:

⁵⁹ Convênio do Sirepa com a Rádio Alto Piranhas, pertencente à Diocese de Cajazeiras (20/9/1966).

⁶⁰ Relatório de aplicação dos recursos do PNE (1966).

⁶¹ O dimensionamento do número de alunos, nas três campanhas, foi aproximativo. Essas informações constaram dos depoimentos orais colhidos e dos relatórios das diretorias.

Tabela 4 – Recursos humanos do Sirepa – 1967

Função	Nº de pessoas
Diretor	1
Assistente administrativo	1
Supervisores	15
Coordenador pedagógico	1
Radiotécnico	2
Auxiliar administrativo	1
Datilógrafos	3
Monitores	600
Assessor técnico	1
Coord. de supervisão	2
Supervisores reg.	20
Professoras-locutoras	8
Aux. de radiotécnico	2
Motoristas	4
Serventes	2

Fonte: Relatório de Aplicação dos Recursos Financeiros do Sirepa, 1967.

Analisando-se os recursos financeiros recebidos pelo Sirepa, destinados ao pagamento de monitores, observa-se que foram gastos Cr\$ 21 milhões e 640 mil, correspondentes aos meses de setembro e outubro de 1966. Como cada monitor percebia Cr\$ 20 mil mensais, então 541 foram pagos.⁶² Como a cada monitor correspondia uma escola/radioposto, conclui-se que estavam efetivamente funcionando, no final de 1966, 541 escolas radiofônicas.

O ano de 1967 foi particularmente difícil para o Sirepa. As atenções da SEC-PB e dos governos estadual e federal

⁶² Relação dos cheques recebidos e pagos pelo Sirepa, em 1966.

estavam especificamente voltadas para a ascensão da Cruzada ABC na Paraíba. As verbas federais destinadas ao Sirepa foram reduzidas. A mínima infra-estrutura de manutenção dos rádios e de reposição de pilhas ficou seriamente prejudicada. Monitores e supervisores ficaram sem receber suas gratificações por vários meses. O transporte, financiado pelo governo estadual, ficou cada vez mais precário e ausente. A Cruzada ABC, por sua vez, detinha todas as prioridades (vide item 4). Muitas escolas fecharam⁶³ no transcurso de 1967 e 1968. Diversos receptores defeituosos deixaram de ser recuperados por falta de material e de pessoal. As viagens para supervisão ficaram cada vez mais escassas. Muitos monitores abandonaram seus radiopostos. Vários funcionários do Estado, colocados à disposição do Sirepa, voltaram às suas funções de origem. O Sirepa, que nunca foi prioridade durante o governo João Agripino, estava mergulhado em dificuldades de difícil transposição.

Assim, 1968 e 1969 assistiram ao desmantelamento da equipe do Sirepa. A estrutura, que tinha sustentado milhares de alfabetizandos, havia desmoronado. No final de 1968, algumas das suas principais integrantes, entre elas as professoras-locutoras, foram colocadas à disposição da Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação.⁶⁴ A derrocada final do Sistema Rádio-Educativo da Paraíba veio no ofício do Secretário Executivo do PNE, no início de 1969: “Comunicamos a Vossa Senhoria que no presente exercício o Sirepa não será mantido pelo Plano Nacional da Educação”.⁶⁵

⁶³ Não encontramos documentação escrita que precisasse a quantidade de escolas fechadas, de rádios inutilizados e de monitores que abandonaram seus radiopostos.

⁶⁴ Documento determinando o aguarde das transferências dos integrantes do Sirepa (30/12/1968).

⁶⁵ Documento do MEC (PNE), enviado ao Sirepa em 6/3/1969.

O Sirepa iniciava sua fase final: a da extinção e da “incorporação” ao Setor de Rádio e Televisão (Serte),⁶⁶ em 12 de março de 1969. Parte de seu pessoal foi transferido para a coordenação/direção local do Projeto Minerva (projeto de educação pelo rádio, executado pelo governo federal por meio de programas radiofônicos padronizados para todo o Brasil) na década de 70. A última diretora do Sirepa, Alice Gadelha, por exemplo, passou a ser a vice-diretora do Minerva.

6. Pedagogia e política nas ações do Sirepa

Neste tópico serão analisados alguns aspectos político-pedagógicos das ações do Sirepa que, de maneira geral, repetiram-se nas várias fases de sua trajetória expansiva, especialmente a partir dos primeiros meses de 1963. Entre esses aspectos, serão destacados os seguintes: a preparação e a recepção das aulas, o trabalho de monitoria, os procedimentos metodológicos e suas influências. Somam-se a isso as dificuldades e os obstáculos enfrentados, bem como as ações políticas (internas e externas) que permearam cada passo da trajetória do Sirepa.

a) Preparação e recepção das aulas radiofônicas

Um dos aspectos mais importantes do trabalho das escolas radiofônicas foi a preparação e a recepção das aulas. Entre 1959 e 1960, os conteúdos das aulas, distribuídos pelo Sirena, revelaram-se problemáticos em função da linguagem muitas vezes inacessível, contendo jargões e expressões próprias da região centro-sul do País, especialmente, do Rio de Janeiro, onde eram

⁶⁶ *Diário Oficial do Estado da Paraíba (DOE)*, de 12/3/1969. Lei nº 3.576/1969.

produzidos. Apesar dos cuidados da diretora Rolim, “traduzindo”, ao vivo, certas expressões e repassando aquelas mais apropriadas aos alunos-ouvintes paraibanos, o Sirepa nunca se satisfez com o material importado e buscou a sua própria confecção. Isso veio a acontecer, efetivamente, após a contratação das professoras-locutoras e a implantação do trabalho de supervisão, a partir de 1963.

– A gente tinha as professoras que preparavam os conteúdos (...). Eram professoras formadas, todas elas. Preparavam os conteúdos e passavam para a linguagem radiofônica.. Elas mesmas gravavam e davam todas as orientações todo sábado, não para os alunos, mas aulas de orientação para o monitor (pelo rádio). De vez em quando, aqueles que trabalhavam nos bairros de João Pessoa a gente reunia na SEC e os que trabalhavam, por exemplo, em Princesa Isabel a gente aglutinava lá e dava reciclagem de dois ou três dias, no sentido de ver as dificuldades delas, se o material estava em dia . Isso porque tinha que confeccionar [para os alunos] as fichas [de leitura e escrita].⁶⁷

Na seqüência do trabalho, o conteúdo das aulas, preparado pelas professoras-locutoras, era passado para as supervisoras e, depois, para os monitores (aos sábados) via rádio. Os monitores e as supervisoras já dispunham dos textos preparados para essa fase inicial da alfabetização. A soma das anotações diárias, feitas a cada aula radiofônica, constituía o material escrito da alfabetização das turmas iniciantes. Nesse processo, as supervisoras e os monitores identificavam as dificuldades de cada lição, repetindo os conteúdos não apreendidos da maneira “mais fácil possível” em termos de linguagem a distância.⁶⁸ A falta de preparação ou, ao contrário,

⁶⁷ Depoimento de Alice Rolim, já citado.

⁶⁸ Relatórios do Sirepa e depoimentos orais de Rolim, Gadelha, Dantas e Tavares, já citados.

a preparação adequada do monitor contribuía ou para solucionar questões ou agravá-las.

b) A monitoria

O trabalho de monitoria era fundamental para a assimilação dos conteúdos das aulas – sempre noturnas – que viabilizavam a alfabetização. Muitos monitores “mal sabiam ler” e, em função dessa precariedade, as reciclagens e os treinamentos periódicos eram decisivos para um andamento satisfatório dos cursos. Nos locais onde o corpo de monitores era regularmente qualificado e havia assistência local por parte das prefeituras e de seus setores educacionais, o trabalho do Sirepa fluía com maior facilidade. De modo oposto, as dificuldades dos monitores e a falta de assistência local resultavam em problemas, identificados pela evasão, da desistência no momento da avaliação e até do fechamento de escolas.

A importância do apoio local – nas subsedes, nas prefeituras, nas associações – é destacada, também, no depoimento que se segue:

– Era um trabalho feito com as prefeituras municipais (...). É claro que nem todos os prefeitos eram receptivos a esse tipo de atividade. Alguns achavam que aquele tipo de trabalho em vez de dar-lhes votos iria tirá-los, entendeu? (...) Só trabalhávamos com municípios que vinham à Secretaria de Educação, solicitavam ao secretário e nos davam apoio. Entretanto, tínhamos solicitações de associações de bairro, das ligas camponesas, centros de saúde e de várias outras organizações às quais atendíamos, inclusive nas cadeias públicas.⁶⁹

⁶⁹ Depoimento de Alice Rolim, já citado.

A primeira dificuldade com o monitor era a sua “seleção”, ou melhor, sua indicação pelos “líderes locais” (leia-se prefeitos, vereadores, proprietários rurais, chefes políticos e, também, entidades como as ligas camponesas). Assim, muitas das pessoas melhor preparadas não eram nomeadas, por não fazerem parte da “parentela” de quem indicava ou por serem de oposição aos chefes políticos. Muitos prefeitos indicavam professoras primárias que atuavam no período diurno e que se tornavam monitoras, recebendo uma pequena complementação salarial. A grande maioria dos monitores só começou a receber uma pequena gratificação (antes eram voluntários, sem remuneração) a partir dos convênios da SEC-PB com o MEC, mediante os Planos de Emergência e Trienal, em 1963.

Ademais, treinar monitores tornou-se difícil – mas cada vez mais importante –, em razão do aumento das escolas e da expansão do Sirepa. Dos 17 monitores de 1959 aos quase seiscentos de 1966, as dificuldades foram proporcionalmente aumentando, a partir da própria infra-estrutura do treinamento, em termos de hospedagem, alimentação e locomoção. Boa parte desses problemas foi resolvida com a descentralização dos treinamentos nas subdesdes regionais, todos eles acompanhados pela equipe central de supervisores e diretores.

c) Procedimentos metodológicos

Acerca da duração e do ritmo dos cursos de alfabetização, tanto das turmas A como das turmas B, o depoimento de Alice Rolim é esclarecedor:

– O tempo era, inicialmente, regulado pela programação da Rádio. Era pra todo mundo começar e terminar no mesmo dia, porque tinha o dia das provas, que era pra todo mundo, e a orientação era geral.

Havia o problema dos alunos mais fracos, havia um reforço para eles. A gente dava tempo entre a prova final e o encerramento do período letivo. Geralmente eram três meses, mais três meses e um espaço para que o aluno tivesse uma reciclagem. Para os alunos que não estavam bons, havia o reforço pelo rádio. O pessoal [da supervisão] ia visitando e vendo como estava: “Não, não dá pra fazer prova agora, não. A escola tal e tal está atrasada, a maior parte dos alunos não dominou [os conteúdos]” (...). Uma das coisas que a gente fazia no sábado era pedir à monitora que dissesse quais as aulas de maior dificuldade, pra gente repetir.⁷⁰

Em termos de opção pedagógica e, mais especificamente, de procedimentos metodológicos, o Sirepa não acrescentou novidades em relação aos outros sistemas de escolas radiofônicas. Medida importante, desde logo, foi a decisão da equipe paraibana – mesmo sob a notória influência das escolas radiofônicas do MEB e de seus cursos de treinamento – no sentido de criar um sistema próprio, de organizar um material local, desvinculando-se do Sirena. Nesse aspecto, a confecção da cartilha das turmas B é particularmente significativa na medida em que expunha as mensagens, as idéias e os propósitos subjacentes à alfabetização (vide o tópico a seguir).

Perguntada sobre a metodologia do Sirepa, Rolim faz alusão à busca, nos primeiros anos da década de 60, de várias contribuições pedagógicas, além das já citadas. Entre elas, seu depoimento dá ênfase à “impossibilidade de ficar imune” às propostas da equipe pernambucana liderada por Paulo Freire (segundo ela, uma “revolução no ensino”), com quem, inclusive, parte da equipe fez cursos em 1963.

– Eu, quando estava como professora primária em Cajazeiras nos anos 50, sempre fui preocupada com a metodologia, como fazer

⁷⁰ Ibidem.

bem. E a gente nem o programa de ensino tinha! A gente era quem fazia, seguia os livros. Estudando as praias do Rio de Janeiro, os bairros, Flamengo, Copacabana (...), e o menino aprendia, pra quê? Eu dizia: "Como a gente vai partir da realidade do aluno, se não tem nada aqui que faça a gente fazer isso?". Porque o aluno na carteirinha dele mal podia falar. Graças a Deus, comigo ele podia falar, eu sempre achei que o aluno devia trocar com a gente, a maioria não trocava porque estava tão lá embaixo que não conseguia nem abrir a boca. Então, quando vi os círculos de cultura, quando vi o trabalho de Paulo Freire [em Recife, 1963], achei que ele tinha descoberto uma coisa sobre a qual eu só fazia ler, ou seja, partir da realidade do aluno!⁷¹

Segundo Rolim, o Sirepa "não tinha como não ser influenciado" por experiências tão próximas como as do Sistema Paulo Freire. Apesar de confirmar a não-opção por um método específico/único, mas, sim, a de "buscar várias fontes", seu depoimento destaca algumas influências. O Sirepa trabalhava com palavras que eram significativas para o alfabetizando, mas não dava a isso a importância central atribuída pelos que aplicavam a metodologia freireana. Outra vinculação era a importância dada à cultura popular para a alfabetização. Nesse aspecto, destacam-se a Festa de São João e as danças típicas.

– A gente procurava termos mais gerais que fossem do conhecimento de todos. E, onde não fosse, a gente informava pelo rádio: olha, o coco, por exemplo, é uma dança que toda a Paraíba conhece, entretanto na região tal, em tal município, ela é mais acentuada, ou então, em tal região há uma mudança do passo (...). Havia uma grande preocupação com a cultura popular.⁷²

A pedagogia do Sirepa, apesar de ter utilizado palavras-chave ou geradoras da conversa (diálogo) constante com o aluno,

⁷¹ Ibidem.

⁷² Ibidem.

ou da valorização da cultura popular – temas caros aos programas que adotaram as propostas de Paulo Freire –, o fez de maneira própria: um “diálogo” pelo rádio, “palavras-chave” escolhidas pela equipe central (professoras, supervisoras etc.) e a noção de cultura popular como folclore. Eram estratégias, certamente, bem distantes do trabalho político-pedagógico proposto por Freire.

Eram aulas pelo rádio, mas procurávamos utilizar o método da palavração. Não partíamos da letra mas, geralmente, de uma palavra, uma palavra com pensamento significativo, uma palavra de peso dentro de um pensamento (...). Geralmente os alunos participavam muito das aulas, ouviam atentos, porque você sabe que a primeira coisa que eles precisavam saber e aprender era ouvir – inclusive porque havia dificuldade em ouvir a voz da pessoa que estava falando, pois os rádios não eram de grande potência (...). Todos aprendiam a ouvir e depois entravam para a parte do debate, da conversa, que era a parte mais rica, dependendo muito do monitor, que, por sua vez, era “trabalhado” não só nos treinamentos como na supervisão.⁷³

Se, antes de abril de 1964, essa influência era mais retórica do que prática, depois do golpe, nem mais retórica restou da aproximação com Paulo Freire. Restou um respeito pelos que o praticavam, a exemplo da Campanha de Educação Popular da Paraíba (Ceplar),⁷⁴ especialmente quanto aos recursos audiovisuais utilizados e quanto à pesquisa do universo vocabular. Entretanto, os integrantes do Sirepa destacam o que caracterizaram como excesso de política nas ações dos “freireanos”.⁷⁵

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ A reconstrução histórica da Ceplar está presente em nosso livro *Histórias inéditas da educação popular – do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura*. 2. ed. São Paulo: Cortez/IPF/EdUEPB, 2001.

⁷⁵ Isso se repetiu com a Cruzada ABC e, depois, com o Mobaral.

Efetivamente, pode-se afirmar que nas ações pedagógicas do Sirepa não havia significativas preocupações com a reflexão metodológica, mas um caráter generalizado de improvisação e de simplicidade. Esse aspecto envolvia desde a emissão, a recepção organizada (atividades supervisionadas periodicamente) e a condução do processo educativo, até a avaliação, mediante provas nas quais se colocava em prática o trivial em termos escolares. Além disso, havia na metodologia do Sirepa um caráter assistencialista, provavelmente derivado da formação universitária – em Serviço Social na UFPB – de suas principais integrantes. Por outro lado, não raramente, os obstáculos e as dificuldades do Sirepa eram creditados aos “coitados-sofredores-subnutridos” alfabetizando ou aos monitores. Também não raramente, o sucesso do Sirepa era depositado na conta das autoridades municipais, estaduais e federais, especialmente na do secretário da SEC-PB e na do governador do Estado. Apenas um dos depoimentos⁷⁶ identifica, na metodologia empregada pelo Sirepa e na educação popular pelo rádio em geral, um dos motivos do declínio da campanha.⁷⁷ O fato de a escola radiofônica não ter a sistematicidade metodológica de uma escola “normal” conduzia a uma “precariedade” do ensino e a uma fraqueza do próprio “método de educação radiofônica”. Este era realizado à base de comunicados que, por mais informais que fossem, eram emitidos sem participação alguma dos alfabetizando e sem consideração efetiva por seus valores e interesses socioculturais.

De outro ângulo, o trabalho do Sirepa trazia um componente do progresso, do desenvolvimento e do moderno – o rádio (na maioria das escolas, receptores-cativos à pilha, auxiliados por lamparinas e lampiões). Havia um “encantamento” pelo rádio que, segundo alguns dirigentes, era diretamente responsável pelo interesse

⁷⁶ Depoimento de Ednéé Dantas (uma das dirigentes do Sirepa), já citado.

⁷⁷ *Ibidem*.

dos alunos nas aulas. Como a televisão, hoje, o rádio transmitia (e ainda transmite) idéias, costumes e crenças.

Todavia, ao mesmo tempo que possuía um grande aliado (o rádio), o Sirepa tinha também que administrar os problemas técnicos e políticos que esse tipo de comunicação impunha aos seus integrantes. Um deles era a baixa qualidade da recepção radiofônica em certas regiões, principalmente na estação das chuvas. No aspecto político, o fato de a Rádio Tabajara pertencer ao governo estadual implicava um controle das idéias e das mensagens divulgadas. O exercício da criticidade, tão relevante em outras metodologias (como a de Paulo Freire), foi prejudicado no Sirepa pelas circunstâncias da formação de sua equipe e pelo veículo de comunicação utilizado.

7. A cartilha do Sirepa

Os conteúdos dos programas de alfabetização veiculados nos cursos do Sirepa foram verificados mediante a análise da sua cartilha⁷⁸ (para as turmas B de 1964), uma vez que as aulas radiofônicas, gravadas há mais de 30 anos, não mais existem.

– Quando surgiu a Revolução [de 1964], a gente tentou inclusive fazer uma adaptação sobre a Cartilha do MEB. Era uma cartilha que não atendia a nossa realidade, porque estava elaborada numa linha muito política, era uma cartilha boa, entretanto, estávamos fazendo estudos para uma cartilha nossa, feita pela nossa equipe. A gente estudava várias experiências para fazer a nossa, quer dizer, dentro da nossa realidade (...). Você é que tem de fazer um programa de acordo com as necessidades do seu Estado, inclusive até de zonas diferentes. A gente verificava grande diferença quando estávamos aqui [em João Pessoa], na periferia, e quando atuávamos no sertão, por exemplo.⁷⁹

⁷⁸ Original da Cartilha do Sirepa, turmas B. João Pessoa, 1964. Mimeografado.

⁷⁹ Depoimento de Alice Rolim, já citado.

A Cartilha do Sirepa, editada em 1964, apresentava uma certa conformação com a “nova ordem” pós-golpe. Numa das suas 48 lições, sobre “dia-mês-ano”, mostrava (desenhado) um calendário com a data: 1º de abril de 1964. Ao contrário de outras cartilhas, feitas com a participação dos alfabetizandos ou construídas a partir de suas falas, valores culturais e interesses cotidianos, a Cartilha do Sirepa foi confeccionada pelas suas principais coordenadoras e dirigentes. Nesse sentido, era mais um dos comunicados do Sirepa e não produto de amplo trabalho da equipe dirigente com seus monitores e alunos.

Mas, antes de fazer-se um registro das mensagens e das idéias veiculadas na Cartilha do Sirepa, torna-se importante assinalar a incidência de certas palavras, algumas repetidas com frequência. A própria repetição (Tabela 5) indica a importância que o Sirepa dava às mensagens que se coadunavam com o clima do pós-golpe.

Tabela 5 – Palavras-chave utilizadas na Cartilha do Sirepa (1964)

Palavra	Nº de ocorrências
Homem	21
Brasil	18
País	10
Progresso	10
Dever	10
Trabalho	10
Trabalhador	10
Governo	9
Pátria	9
Povo	9
Escola	8

Fonte: Cartilha do Sirepa.

Nas lições sobre trabalho e trabalhador, não aparecem as palavras “emprego” e “desemprego”, por exemplo. Quando se

trata de “escola”, “analfabeto” é uma palavra evitada. As palavras “Brasil”, “país”, “dever”, “progresso”, “governo”, “pátria”, denotam, em sua repetição, o ufanismo por um “Brasil Potência”.

Na primeira lição, a ligação entre educação e política era explícita: “Este é meu livro de leitura. Pelo estudo serei um cidadão livre”.⁸⁰ A idéia básica de valorização do estudo, como um instrumento de liberdade e de cidadania, certamente não correspondia às situações de exploração/dominação a que estava submetida parcela significativa dos alfabetizandos nos sítios, povoados, vilas, fazendas e zonas suburbanas, onde se concentrava a maioria das escolas radiofônicas do Sirepa. Para serem “cidadãos livres”, os alfabetizandos precisavam muito mais do que de “estudo”.

As questões do progresso, que todo brasileiro “deve garantir”, e a bravura “na defesa de sua Pátria”, associando as lições 3 e 7, mostravam as supostas qualidades de um “bom brasileiro” e revelavam não-ditos fundamentais: a garantia do progresso a qualquer custo (sem esclarecer o que esse “progresso” queria dizer: cidade, modernização capitalista no campo, outro modo de vida etc.) e a idéia de “defesa da Pátria” contra quem interferir/não concordar com aquele “progresso nacional”.⁸¹ Inerente a essas idéias estava a questão de garantir o progresso “em ordem”, sem alterar as “coisas que sempre foram como hoje são”. Nem é preciso insistir no pano de fundo desse cenário no qual a propriedade rural, o coronelismo arraigado e o profundo autoritarismo marcam as desigualdades flagrantes e contrastam com as dificuldades da maioria dos “cidadãos” que, para serem livres (como dizia a primeira lição), precisavam muito mais do que de estudo. Só o estudo não livraria os camponeses do “cambão”,

⁸⁰ Cartilha do Sirepa (1964, p. 1).

⁸¹ *Ibidem*, p. 3 e p. 7.

embora pudessem, com o estudo, melhor entender esse notório desrespeito à “cidadania”. A Cartilha do Sirepa não estava preocupada com isso e, sim, em não deixar transparecer qualquer conteúdo de ensino que pudesse sugerir às novas autoridades (militares e seus aliados locais), por mínimo que fosse, um caráter subversivo. Observa-se que, sem a intenção de desocultar ou discutir qualquer questão política, a Cartilha denotava um tratamento ao adulto analfabeto como a alguém sem nenhuma “cultura”, a ponto de ter que ser informado de que “o arado é um instrumento agrícola”.⁸² A pré-noção de fracasso, inerente à sua condição de analfabeto, implicava a necessidade de ser assistido pelas autoridades, pelo Estado. A educação deixava de ser um direito dos que não tiveram acesso à escola, ou dela foram afastados, para ser um favor – certamente pago, depois, com o voto para os “benfeitores”, municipais e/ou estaduais.

Usando mensagens padronizadas, que sempre tentaram disfarçar as precaríssimas condições socioeconômicas da Região Nordeste, as lições 6 e 17 ensinavam: “O homem nordestino é um lutador”; “O sertanejo é um homem bravo e destemido”. Em visível paradoxo com o dia-a-dia marcado pelo carro-de-boi e pelas longas caminhadas a que estavam submetidos os camponeses – que formavam a maioria de seus alunos-ouvintes –, na lição sobre meios de transporte, encontrava-se como mensagem principal: “O avião é um transporte confortável”.⁸³

Sobre a Paraíba, uma imprecisão: “O comércio é relativamente desenvolvido. Dispõe de possibilidades para um grande progresso na indústria. A cultura é bastante elevada.”⁸⁴ No entanto, quando se tratava da política, implícitos ao resultado da

⁸² Ibidem, p. 13 e p. 15.

⁸³ Ibidem, p. 21.

⁸⁴ Ibidem, p. 24.

alfabetização estavam a capacidade de “assinar o nome” e o direito de votar. Nesse sentido, nas lições 11 e 28, merecem destaque as seguintes passagens:

Pelo voto o povo decide a vida da sociedade.

A felicidade de um País reside na boa escolha dos representantes do povo, por meio de eleições. Portanto, não há de haver dever mais sério que o de votar. Todos os brasileiros devem ser eleitores. Há a maior liberdade para a votação. O voto é secreto. Devemos votar com consciência para o bem do nosso Município, de nosso Estado e de nosso País.⁸⁵

Na lição 37, que versava sobre os Reinos da Natureza, o vetor religioso, presença marcante nas mensagens da Cartilha do Sirepa, fica evidente nos escritos: “O homem é um animal racional porque pensa, e pensa porque tem uma alma feita à semelhança de Deus”.⁸⁶ Assim, o dom de pensar, estudar, alfabetizar-se só era atribuído àqueles que tivessem alma semelhante a Deus. Implícito estava que eram excluídos os que não acreditavam nesse Deus, especialmente os comunistas. Embora nada se leia sobre anticomunismo na Cartilha do Sirepa, em todos os depoimentos transparece a rejeição à “onda comunista”, destacando-se, nesse aspecto, as ações do secretário de Educação e Cultura.

8. O uso político do Sirepa

Um sistema de educação pelo rádio que trabalhava com analfabetos, conduzindo-os à leitura, à escrita e ao direito de votar,

⁸⁵ Ibidem, p. 11 e p. 28.

⁸⁶ Ibidem, p. 37.

usado política e eleitoralmente, certamente essa era uma das características do Sirepa. No entanto, o depoimento da sua principal dirigente revela o ângulo mais amplo da política inerente à prática educativa:

– Uma pessoa que trabalha com educação não pode deixar de trabalhar com política: acima de tudo, uma ação nossa é uma ação política, uma ação que visa à mudança, que visa à melhoria. Às vezes isso é entendido como subversão e aí é que está: você procurar fazer sem dar o cunho de subversão porque, na realidade, não havia interesse algum em subverter a ordem (...) mais no sentido de levar instrumentos que fizessem as pessoas se conscientizarem e enxergarem melhor, enxergarem inclusive sua própria condição (...). Os alunos diziam que aquele programa melhorava, trazia tanta novidade, tanta coisa para a vida diária deles, que achavam que valia a pena (...). Continuavam ouvindo o programa porque queriam melhorar mais. Pensavam de maneira diferente.⁸⁷

Em suma, a dirigente quer dizer que o Sirepa exercia uma atividade política “por sua própria natureza”, mas que não fazia política eleitoral, partidária. Mas, voluntariamente ou não, o Sirepa foi usado para fins políticos e eleitorais. Foi usado na política local pelos prefeitos que se interessavam pela alfabetização e que eram peças estratégicas no apoio ao trabalho de supervisão, de instalação e de manutenção das escolas.

Também serviu a interesses de diversos chefes políticos, a exemplo do próprio secretário de Educação e Cultura e do governador Gondim. Nas solenidades de entrega de certificados e diplomas, a presença constante de autoridades revela o interesse político pela alfabetização. Interesses eleitorais de “parentela” também se evidenciaram nas indicações dos monitores (como

⁸⁷ Depoimento oral de Alice Rolim, já citado.

disse a diretora Rolim, “nem sempre os mais preparados do local”) e da própria equipe do Sirepa.

Por outro lado, alguns desses chefes políticos também manifestavam sua preocupação com a atuação educativa do Sirepa. Para um deles, a alfabetização pelo rádio “já fazia muito mal”. Isso “porque o pessoal esclarecido não ia votar como cordeirinho, não ia votar porque fulaninho quer, ele ia procurar o melhor”.⁸⁸

O Sirepa também foi usado por alguns setores das ligas camponesas paraibanas, cujos líderes ou pessoas indicadas por eles passaram a ser monitores, como foi o caso de Elizabete Teixeira.⁸⁹ Conforme já referido, foi significativo o número de escolas radiofônicas instaladas nas regiões de atuação das Ligas. O fechamento de várias delas em abril de 1964, especialmente as de Sapé, é indicador importante do trabalho do Sirepa nessas regiões. No caso específico das Ligas, cujos monitores eram indicados por seus líderes, abriu-se a possibilidade de um trabalho de convencimento político, por meio da alfabetização.

– O processo era o mesmo, como se fosse uma outra entidade. Famos lá, as pessoas que os líderes sindicais indicavam eram entrevistados e, então, o pessoal da supervisão verificava quais daqueles tinham possibilidade de liderar um grupo, quer dizer, se tinham conhecimento, sabiam ler, escrever direitinho, para poderem orientar o grupo. Daqueles apresentados eram selecionados alguns que ficavam como monitores. E, assim, tivemos escolas nesses locais com um pessoal já muito motivado. As escolas eram boas, com grande freqüência. Tivemos líderes

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Esposa do líder camponês João Pedro Teixeira, assassinado a mando de proprietários de terra. A saga dos Teixeira foi retratada no filme documentário *Cabra marcado pra morrer*.

como Pedro Fazendeiro, que ajudava muito na localização da escola, dona Elizabete Teixeira foi monitora durante muito tempo e vários outros líderes na época colaboraram conosco. Isso não significa que o Sirepa tivesse ligações políticas com alguma entidade ou instituição que nos solicitasse, independentemente do credo, independentemente de qualquer outra coisa. Estávamos ali para fazer o nosso trabalho.⁹⁰

Para o secretário Diniz, no entanto, o propósito do Sirepa não era outro senão interferir “na luta” e esclarecer de que lado o “sistema” estava. Eis o seu depoimento:

Um grave problema então nos desafiou a coragem da iniciativa. Uma grande área estava em ebulição, pela luta das ligas camponesas e proprietários rurais. Aceitamos o desafio e passamos a instalar escolas nessa área conflagrada, visando subtrair um dos fatores dessa luta: o abandono educacional. Muitas vezes fomos mal compreendidos e acusados de cooperar com as Ligas, na sua briga com os proprietários rurais. Muitos chegaram a confundir o Sirepa, nessa região, com outros movimentos e outras siglas [leia-se Ceplar] que nenhuma subordinação possuíam com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba.⁹¹

Uma das consequências do trabalho do Sirepa com os camponeses das Ligas, intermediado por líderes como Pedro Fazendeiro,⁹² além das dezenas de aparelhos radiofônicos confiscados, foi a “revista” feita em sua sede por uma guarnição do Exército. A descrição da “revista” pelo secretário Diniz, que se segue, revela posições políticas convergentes:

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Artigo de Diniz na *Revista Aspecto* (janeiro de 1976), já citado.

⁹² O fazendeiro foi preso no 15º Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa, logo após o golpe de abril de 1964. Posteriormente foi solto e “desaparecido”. Segundo uma das versões, esse e outro líder, o Nego Fuba, teriam sido “assados” numa fomalha de usina açucareira da Paraíba.

A 1º de abril de 1964, dia seguinte ao início da Revolução, fui chamado apressadamente à Secretaria de Educação e Cultura. O major Cordeiro, em companhia do coronel Renato Macário, chefe de Polícia, haviam estado no prédio onde funcionava o Sirepa, examinando cartazes, cartilhas, fitas de gravação etc. Tudo partira de uma falsa denúncia de que o Sirepa realizava proselitismo marxista e tinha marcada uma reunião de “conspiradores” para as 10 horas do dia 1º de abril (...). Fui entender-me com o major Cordeiro. Recebeu-me com distinta atenção. Pediu desculpas; a denúncia apontava uma reunião subversiva para as 10 horas e não havia prazo para entendimento comigo. Fiz-lhe entender que assumia inteira responsabilidade pelo programa do Sirepa. “Não tenho do que me arrepender, sr. major”, disse-lhe. E ele replicou com elegância: “Secretário, não diga `não tenho do que me arrepender`. Tudo verifiquei. O Sr. deve orgulhar-se do trabalho que realiza”.⁹³

Certamente, o aval do comandante da repressão (pós-golpe de 1964) na Paraíba, major Cordeiro,⁹⁴ além da convergência de idéias e interesses “educacionais” com o secretário, mostrava que o Sirepa estava em sintonia com os golpistas. Mesmo assim, as escolas radiofônicas das ligas camponesas ficaram proibidas, assim como tudo o que foi enquadrado como “subversivo” ou “fora da ordem”. Nesse caso, em abril de 1964, os “subversivos presos” foram os rádios. A ordem de apreensão foi efetuada pelo coronel Luís de Barros e suas tropas (da Polícia Militar da Paraíba), responsáveis diretos pelo terror instalado na região polarizada por Sapé, a mando do governo estadual.⁹⁵

⁹³ Artigo de Diniz na *Revista Aspecto* (1976), já citado.

⁹⁴ Sobre a atuação desse militar, vide José Otávio Mello et al. *O jogo da verdade* (s.d., p. 379-400).

⁹⁵ Barros comandou a repressão aos camponeses das Ligas, com truculência, instalando um “quartel-general no ponto nevrálgico dos conflitos que deveriam ser controlados “a todo custo”. Com o golpe, os camponeses presos foram os que mais sofreram violências físicas.

No desdobramento da invasão do Sirepa, membros da diretoria foram interrogados na própria sede; o material (arquivos, fitas magnéticas, discos etc.) foi minuciosamente revistado; os militares procuraram, sem êxito, “a cartilha subversiva do MEB”.⁹⁶

9. Sirepa: desprestígio e substituição

Pode-se notar a forte presença das opções políticas desencadeadas com o golpe de abril de 1964 – às quais aderiu o governador Gondim (1961-1965) e das quais era defensor graduado o novo governador, Agripino Filho (1966-1970) – no período simultâneo entre o declínio do Sirepa e a ascensão da Cruzada ABC. Esta já atuava na Paraíba por meio dos religiosos locais (protestantes evangélicos do Instituto Betel Bíblico).

Aos poucos, notava-se o gradativo deslocamento do interesse pelo Sirepa, como instrumento político-pedagógico eficaz, em direção à Cruzada ABC paraibana.

– De 65 pra 66 começaram a escassear as verbas. Saiu o dr. Nominando, o governador mudou – e, essas coisas dependem muito das pessoas, né? –, e a ênfase já foi na campanha ABC. Já estavam sendo canalizados todos os recursos externos (...) e a gente sabia que havia um convênio, mas não sabia do interesse tão grande que estava do lado de lá (...). Acho que toda a parte que devia ser do Sirepa, na continuidade, foi pra ABC. E essas coisas dependem muito de liderança mas, também, de dinheiro (...). Penso que essa canalização de recursos para a ABC foi proporcional ao maior combate dela contra o comunismo, contra o Método Paulo Freire. E o Sirepa não se prestava nem a uma coisa nem a outra.⁹⁷

⁹⁶ Depoimento de Alice Rolim, já citado.

⁹⁷ *Ibidem*.

Esse processo teve um episódio estratégico importante: a saída de Alice Rolim (do Sirepa) da direção do Departamento de Base da SEC-PB (responsável pelo setor de alfabetização de jovens e adultos) e a sua substituição por Lídia Almeida de Menezes – principal diretora da Cruzada ABC na Paraíba. Para a SEC-PB (e para o governo estadual), a postura político-pedagógica da ABC, os dólares da Usaid e os cruzeiros do MEC que a sustentavam fizeram do Sirepa uma opção secundária e em extinção. O fim do Sirepa coincide com o auge da Cruzada ABC na Paraíba (1967-1968), com os expurgos na UFPB e com a definitiva instalação da “linha dura” no centro do poder federal.

– Foi uma jogada política. Eles pegaram todos os recursos e passaram pra ABC, como alfabetizadora em todo o Estado. Os rádios foram se quebrando, sem manutenção foram se acabando mesmo (...). E a questão da época militar, (...) o medo, a entrada dos americanos, o terror do comunismo, assombrou todo mundo. As dificuldades [políticas] foram se somando e foram determinantes para que o Sirepa tomasse outro rumo.⁹⁸

Em termos políticos, o Sirepa foi prioridade do governo Gondim, especialmente da SEC-PB, mas perdeu sua importância, apesar de ter demonstrado (pelos seus milhares de alunos alfabetizados) sua eficácia – quando teve suporte dos governos federal, estadual e municipais e o apoio de entidades internacionais. Esses governos, de acordo com os “novos tempos” da ditadura, deflagrados com a saída de Castelo Branco, com a Junta Militar e a imposição de Costa e Silva, precisavam de uma entidade político-educativa que combatesse, com a força da religiosidade e com verbas

⁹⁸ *Ibidem.*

abundantes, qualquer resquício da atuação comunista/esquerdista no campo educacional e, especificamente, na alfabetização.

– Nesse sentido, estava em pleno andamento a Cruzada ABC e muitos secretários e o próprio governador se deixaram levar pelas promessas de verbas gordas (...). O Sirepa foi um investimento caro, mas ele já começava a se tornar baratíssimo porque, com o número de escolas que tínhamos e o número de alunos, o custo-aluno era baixíssimo.⁹⁹

Ora, se o Sirepa, depois de montar uma infra-estrutura capaz de atender a centenas de escolas radiofônicas, já era barato para o Estado, por que descartá-lo e optar pela Cruzada ABC?

Certamente, a resposta estava no campo político-pedagógico. A faceta política do processo alfabetizador-educador, ao invés de ser negada e/ou negligenciada, como fazia o Sirepa, precisava ser assumida. Até porque essa assunção, naquele momento, possuía conotação política bem definida: a do combate e a da ocupação dos espaços políticos “de esquerda/comunistas” (e de tudo que fosse contra a “nova ordem”), inclusive intervindo no campo propriamente pedagógico, metodológico. Ninguém melhor estruturado e possuidor de *know-how* para desempenhar tal tarefa do que a Cruzada ABC. O Sirepa estava descartado para esse tipo de embate político.

10. Considerações finais

A título de síntese do trabalho desenvolvido pelo Sirepa, entre 1959 e 1969, destacamos, ao mesmo tempo, as positivities conseguidas e as dificuldades inerentes a um processo

⁹⁹ Ibidem.

tipicamente político-pedagógico. Algumas dessas dificuldades determinaram o fim do Sirepa. A seguir algumas considerações finais.

- a) O Sirepa, mantido pelo Estado – com verbas federais, infra-estrutura de transporte e de pessoal estadual e apoio das prefeituras municipais –, funcionou, como uma campanha de alfabetização em massa de adolescentes, jovens e adultos, entre 1963 e 1966, quando chegou a manter o funcionamento de quase 600 escolas radiofônicas. A fase anterior (1959-1962) foi concentrada na implantação do sistema, especialmente em termos de pessoal, e no desenvolvimento das primeiras escolas radiofônicas em João Pessoa e adjacências. A fase posterior (1967-1969) correspondeu ao declínio e à extinção do Sirepa. O término do governo Gondim, no fim de 1965, e as saídas do secretário Nominando Diniz e da dirigente Alice Rolim, retiraram do Sirepa o estratégico apoio institucional, bem como sua liderança máxima em termos pessoais e de qualificação profissional.
- b) O Sirepa não seguia um método especificamente. Na sua improvisação metodológica da alfabetização pelo rádio, usava “palavras significativas” para os alunos, como pontos centrais em torno dos quais se desenvolvia a alfabetização. As mensagens transmitidas na Cartilha (para as turmas B de 1964), revelam forte caráter moralizador/religioso, um civismo próprio do pós-golpe, misturados aos apelos da vinculação alfabetização/voto do tempo anterior ao golpe de abril.
- c) Muitas foram as dificuldades do Sirepa. Imagine-se, por exemplo, estar alfabetizando 18 mil pessoas, a maioria da zona rural, em escolas radiofônicas noturnas,

num Estado quase desprovido de energia elétrica e estradas asfaltadas, à base de lamparinas e lâmpões, rádios movidos à pilha e transmissão (pela Rádio Tabajara) precária em certas regiões, principalmente nos períodos de chuva. O nível de (des)preparo dos monitores, muitos professores leigos, suas dificuldades e a necessidade de treinamentos constantes, descentralizados e crescentes, somavam dificuldades. Ter conseguido, durante quase metade de seus 10 anos de existência, apesar de todas as deficiências e dificuldades, alfabetizar milhares de camponeses e moradores suburbanos e manter centenas de escolas noturnas funcionando, é demonstração da efetividade e da importância do Sirepa.

- d) O Sirepa foi usado politicamente tanto pelo governo estadual como por grupos e chefes políticos locais, como o secretário Diniz, de Princesa Isabel, uma das primeiras cidades interioranas a receber o Sistema. Também foi usado por líderes das ligas camponesas para a alfabetização política de seus filiados e simpatizantes. A necessidade de alfabetização para ter o direito ao voto sempre foi uma referência e um incentivo à utilização política de todas as campanhas de alfabetização dos anos 60 e o Sirepa não foi exceção.
- e) A significativa presença de assistentes sociais nos postos de direção e supervisão do Sirepa pode ter sido responsável pelo caráter paternalista/assistencialista de suas ações – presentes em todos os depoimentos das suas principais integrantes. A identificação dos analfabetos como “coitados”, “subnutridos”, “braçais”, “sem cultura” constituiu-se uma predisposição negativa para o trabalho do Sirepa.

- f) A ascensão da Cruzada ABC e o simultâneo declínio do Sirepa nada têm de “mera coincidência”. Foram processos correlatos em termos políticos e pedagógicos. Isso não esconde as falhas do próprio Sirepa.
- g) A escassez de verbas, crescente a partir de 1965, levou o Sirepa à asfixia, o qual ficou com centenas de rádios sem manutenção e sem pilhas, necessidade de reposição de muitos aparelhos sucateados, veículos (para a supervisão) necessitando de manutenção e combustível etc., além de pessoal que, durante alguns meses, ficou sem receber qualquer gratificação. Nesse sentido, os primeiros a serem penalizados eram os (fundamentais) monitores. O somatório desses problemas implicava em escolas fechadas ou em via de extinção.
- h) O Sirepa foi um programa de educação popular estatal – mediante as parcerias da SEC-PB com o MEC e com entidades como a Sudene e a Usaid – preocupado em evitar a pecha de “esquerdista”, “progressista”, e que, a depender a vontade exclusiva do secretário Diniz, teria se engajado mais firmemente, depois do golpe, no anticomunismo/antiesquerdismo paraibano.
- i) Como as outras campanhas paraibanas, o Sirepa não conseguiu resolver um problema fundamental: o da continuidade dos estudos por parte dos alfabetizados e do uso da alfabetização de modo permanente. A não continuidade certamente acarretava uma regressão aos estágios da alfabetização, resultando, muitas vezes, apenas na assinatura do nome como sinal da pouca (e interrompida) escolarização. Os planos de pós-alfabetização e profissionalização nunca foram efetivados.

- j) O Sirepa oficialmente não acabou; foi incorporado ao Setor de Rádio e Televisão do Estado da Paraíba (Serte-PB). Parte de seu pessoal constituiu o Projeto Minerva. Sua principal diretora foi trabalhar com alfabetização de jovens e adultos na TV Universitária (TVU) do Recife. De outro ângulo, pode-se perceber a importância das experiências de radioeducação popular, como a do Sirepa, para os programas de educação a distância tão desenvolvidos nos nossos dias.
- k) O “encantamento” pelo rádio, pelo moderno meio de comunicação de massa, especialmente nas zonas rurais atingidas pelo Sirepa, foi um fator de recepção muito positivo de frequência e manutenção das escolas. Além disso, o rádio foi importante na prestação de serviços de informação e comunicação.
- l) A presença constante das supervisoras, acompanhando o trabalho nos horários noturnos de aula e orientando monitores e alunos, era um ponto-chave da motivação do funcionamento a contento de cada escola. O reconhecimento dos alunos pelos muitos “sacrifícios” a que se submetiam as equipes supervisoras “nas brenhas da Paraíba” era outro fator de estímulo à alfabetização.
- m) A expectativa da ascensão social por meio da escolarização, a fuga ao estigma do analfabeto como possuidor de uma “doença”, de uma “incapacidade”, estando apto aos novos tempos (modernos), tempos de desenvolvimento, embasou o trabalho do Sirepa, como das outras campanhas alfabetizadoras dos anos 60.
- n) O Sirepa teve como influências decisivas as escolas radiofônicas do Serviço de Assistência Rural (SAR),

de (Natal), e do Sirese, de Aracajú, bem como treinamentos com o MEB-PE. Além disso, manteve contatos esporádicos com o MCP/PE e as propostas relativas ao Sistema Paulo Freire.

- o) O Sirepa contribuiu para minimizar o grave problema dos professores leigos da Paraíba, na medida em que treinou centenas de monitores, dos quais muitos eram professores durante o período diurno, e outros tantos que se tornaram professores de 1º e 2º graus posteriormente.
- p) O Sirepa poderia ter sido um importante instrumento de alfabetização-escolarização na zona rural paraibana se tivesse continuado seu trabalho. Seu “triângulo didático” – emissão das aulas, recepção-monitorada e supervisão/avaliação – mostrou eficiência e produtividade enquanto contou com apoio administrativo-financeiro e político-pedagógico do Estado (federal, estadual, municipal) especialmente entre 1963 e 1965.